

# CONSTRUINDO A DEMOCRACIA RACIAL

## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Governo Fernando Henrique Cardoso

Brasília - 1998

### Sumário

#### [Atos e Palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso](#)

- [Assinatura do Decreto que cria o Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra](#)
- [Instalação do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra](#)
- [Seminário Internacional "Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos"](#)
- [Dia Nacional de Valorização da Consciência Negra](#)
- [Entrega de Títulos às Comunidades Negras Remanescentes de Quilombos](#)
- [A "Democracia Racial" em questão – Entrevista a Roberto Pompeu de Toledo](#)

#### [Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra](#)

- [Apresentação](#)
- [Coordenação do GTI](#)
- [Trabalho e Emprego](#)
- [Comunicação](#)
- [Educação](#)
- [Relações Internacionais](#)
- [Terra – os remanescentes dos quilombos](#)
- [Políticas de Ação Afirmativa](#)
- [Saúde](#)
- [Religião](#)
- [Cultura Negra](#)
- [Legislação](#)
- [Estudos e Pesquisas](#)
- [Esporte](#)
- [Mulher](#)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Secretaria de Comunicação Social

Apoio Institucional  
Ministério da Justiça  
Secretaria Nacional dos Direitos Humanos

---

[SECOM](#)

[Publicações](#)

# CONSTRUINDO A DEMOCRACIA RACIAL

## ATOS E PALAVRAS DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO 1995 a 1998

### **Assinatura do Decreto que cria o Grupode Trabalho Interministerial para Valorização da População NegraPalácio do Planalto, 20 de novembro de 1995**

Ao receber os documentos do representante dessa marcha, queria concordar com ele e dizer que o meu desejo é o estabelecimento de um diálogo fecundo com os movimentos negros organizados no Brasil.

O primeiro gesto é a criação deste Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra. E o faço hoje, num dia expressivo, o dia em que comemoramos os 300 anos de Zumbi.

Nesta manhã, acompanhado pela senadora Benedita da Silva e pelos ministros da Educação, da Cultura e dos Esportes, estivemos em União dos Palmares para que ficasse bem claro que o Governo, pelo presidente da República, assumia Zumbi como integrante do panteão dos heróis brasileiros, Zumbi, como símbolo de um lutador pela liberdade.

Sou comprometido pessoalmente com os estudos da questão negra no Brasil. Escrevi dois livros sobre a matéria, na época em que se mantinha a idéia de que, no Brasil, não havia um problema negro e que não havia discriminação racial. Com o professor Florestan Fernandes e com Otávio Ianni, sob a inspiração de Roger Bastide, fizemos pesquisas que mostraram o oposto: havia preconceito, havia discriminação. E para que pudesse se concretizar o ideal de democratização do Brasil implicaria que os que lutam pela democracia e pela liberdade, assumissem também a luta em favor da igualdade racial.

Por ser convicção antiga, creio firmemente nisso. Depois que assumi a Presidência da República, procurei manter contato com setores da comunidade negra. A senadora Benedita é testemunha disso. O ministro da Cultura, Francisco Weffort, e o ministro da Justiça, Nelson Jobim, me acompanharam, pelo menos em um encontro que tivemos no Palácio da Alvorada, e do qual resultou, finalmente, a possibilidade da criação deste Grupo de Trabalho Interministerial que hoje estamos instalando, além da reativação firme da Fundação Palmares.

Já começamos a tomar algumas medidas práticas na direção que foi aqui proposta. O Ministério da Educação encampou um trabalho feito pela Fundação, a cartilha sobre Zumbi. Isso passa a ser parte normal da vida cultural do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura.

Mais ainda, a revisão da bibliografia no que diz respeito à repetição de idéias pré-concebidas, inaceitáveis, sobre a questão racial no Brasil. Essa revisão está sendo feita pelo Ministério da Educação, precisamente para acabar com isso.

No currículo das escolas estamos valorizando a igualdade racial e a luta contra a discriminação. Estamos introduzindo um conhecimento mais amplo da África - um dos berços formadores da nossa cultura e da nossa sociedade - que é preciso ser difundido de forma adequada no Brasil.

Mas, além disso, no âmbito do Ministério do Trabalho - não só na luta contra formas discriminatórias, porém mais especificamente em grupos de trabalho - estão sendo constituídos mecanismos fiscalizadores da ação discriminadora. Os que aqui estão sabem tão bem quanto eu que não é por falta de leis que as coisas não funcionam de forma mais adequada no Brasil, mas por falta de prática. As leis aí estão, a Constituição aí está, e prescrevem leis de igualdade. O problema vem da pesada herança escravocrata, de uma cultura que dissimula a discriminação em certas formas aparentes de cordialidade, e que não fazem mais do que repetir, reproduzir, formas de discriminação.

Também sabemos, todos, que o caminho para, efetivamente, alargar-se o caudal democrático passa pela igualdade de oportunidades. E essas têm muito a ver com a escola. Por isso estamos insistindo tanto num programa educacional ativo no Brasil, no nível mais fundamental, da escola primária. O ministro da Educação, com o nosso apoio, enviou para o Congresso um conjunto de medidas, inclusive constitucionais, para permitir uma redefinição do modo como o Governo utiliza seus recursos na Educação. Nessa redefinição alteramos a utilização dos fundos educacionais dando ênfase ao ensino primário. Mais ainda, criamos um programa de valorização do professor de tal maneira que vamos equalizar o gasto médio, por aluno, em todos os municípios do Brasil, a um mínimo de 300 reais per capita.

Alguém dirá: "Mas é pouco". Só que as Nações Unidas aconselham 200 dólares. Portanto, é um esforço

considerável. Talvez na maioria dos municípios o gasto médio, per capita, seja bastante abaixo disso. O salário médio do professor primário também ficará assegurado nesse patamar. De novo, os que são do Rio, de São Paulo, do Rio Grande do Sul e de Brasília vão dizer: "Mas, meu Deus, 300 reais?". Só que, em muitas partes do Brasil, em muitos municípios do Brasil são 30, 40, 50 reais o que se paga a um professor.

É preciso modificar, mas com o pé no chão, não propondo o impossível, mas propondo o que chamo sempre uma "utopia viável" - uma contradição nos termos, mas necessária - que desenha um horizonte de transformação e que se começa a palmilhar.

Quando se coloca um horizonte de transformação que não tem caminho e se propõe a solução de tudo em um dado momento, não se quer nada, quer-se apenas um testemunho existencial. Pode ser muito bonito para consolar as consciências e a biografia pessoal, mas não muda o mundo.

O mundo, para ser mudado, exige ações concretas. Muitas vezes, o caminho não é tudo que se deseja, mas é o possível. Temos é que alargar as fronteiras do possível para que este não seja apenas a tradução da realidade atual, o que não é aceitável.

É preciso dar oportunidades mais igualitárias aos mais pobres. A verdade é que entre os mais pobres sempre estão as populações negras. Quando se faz um esforço para melhorar a vida dos mais pobres, em grande medida se está melhorando ou tratando de colocar ênfase na questão das populações negras.

Se quisermos um indicador seguro à inversa, pode-se dizer que quando encontrarmos uma mulher do interior do Nordeste, que tenha filhos, que não tenha marido, e seja negra, ela é a mais pobre da região. A pobreza se concentra nessas características.

Naturalmente, temos, também, que revolver esse solo da pobreza do Brasil. E, ao revolvê-lo, estamos dando condições de oportunidade mais igualitárias.

Acho que isso é fundamental. Acho que isso é uma atitude que deve ser constante, que se deve buscar uma continuidade na ação.

Não tenhamos ilusões. Não se resolve isso de um momento para o outro porque é um problema cultural, e é um problema social. Não é um problema que o Governo resolva sozinho. A sociedade, junto com o governo, tem que resolver.

Temos que sair do primitivismo da visão de que o Governo faz alguma coisa. O Governo faz quando a sociedade ajuda, e vice-versa. Mas, quando há antagonismo, quando se separa uma coisa da outra, paralisam-se as duas. No mundo moderno, as sociedades não conseguem se mover sem a ação pública, e a ação pública não consegue ser consistente sem o suporte da sociedade. Ou se estabelecem essas pontes, ou então os que não fazem a ponte, ou os que dinamitam as pontes, na prática estão prejudicando os objetivos aos quais se propõem. Por falta de compreensão desse nexos necessário, acabam por não ter a capacidade de fazer as transformações que aparentemente, às vezes até com sinceridade, almejam, mas não se criam os recursos, os mecanismos para que se chegue lá.

Acredito que devemos discutir as várias fórmulas existentes para assegurar igualdade de oportunidades. Existem experiências nos Estados Unidos - algumas delas estão sendo revistas - que devem ser analisadas aqui, sobre a questão de oportunidades quase compulsórias para compensar os desequilíbrios sociais e as discriminações existentes.

O governo está aberto a discuti-las com profundidade, sem precipitações. Está aberto a qualquer discussão levada a efeito com seriedade sobre essa matéria que encontra muita resistência em certos setores.

Quero também lhes dizer que das muitas áreas às quais devemos estar atentos, a comunicação social talvez seja a mais sensível. O programa que criamos - a TV Escola, que muda fundamentalmente a potencialidade do Governo com relação à educação, com treinamento de professores de escolas primárias - é também um instrumento eficaz de combate ao racismo, de combate às discriminações e à desigualdade.

Não só no que diz respeito aos canais próprios do governo, mas também no que diz respeito ao conjunto da mídia brasileira, acho que essa é uma preocupação constante. Deve ser uma preocupação constante também a questão das empresas, tanto pelo estímulo àqueles empresários com maior consciência democrática e, portanto, que se esmeram para que não haja discriminação - nem de sexo, nem de raça na escala salarial e na própria escala de ascensão profissional -, como pela fiscalização mais efetiva para aqueles que não tendo essa compreensão, às vezes até por inconsciência, praticam, ou deixam que se constituam, situações que cristalizam desigualdades.

A agenda de trabalho é muito grande. Creio que, no momento em que o Brasil marcha, cada vez mais

celeremente, para uma democratização crescentemente substantiva; em que a sociedade cobra cada vez mais, se organiza cada vez mais, e em que o Estado também se abre cada vez mais; este é o momento propício para que possamos seguir adiante nessa direção da democratização fundamental da sociedade brasileira.

Termino por reafirmar o que disse no início: acho que o dia hoje é de significação simbólica importante. É um dia em que se vê a reafirmação de valores de liberdade que vêm de longe.

Como disse, fiz trabalhos sobre essa matéria, sobretudo no Rio Grande do Sul. Descubri nos arquivos da cidade de Pelotas um jornal feito pelos escravos, no século passado, chamado "Floresta Aurora". O livro de minha tese de doutoramento reproduzia trechos desse jornal. Curiosamente, a publicação teve uma significativa continuidade. Em Porto Alegre há o clube "Floresta Aurora". Talvez nem saibam a razão desse nome. No "Floresta Aurora" são mostrados vários exemplos de luta concreta para a modificação da instituição da escravidão no Brasil.

As dificuldades eram imensas, naturalmente, em todo esse processo. Houve vários exemplos de luta, assim como houve, também, e infelizmente, muitos exemplos da perversidade dos senhores de escravos - e que era muito mais difundida do que a registrada, até certo momento, pela historiografia brasileira.

Zumbi simboliza um conjunto de esforços que foram muito mais amplos nesta direção. E me apraz imensamente que os senhores tenham feito essa marcha hoje, até Brasília, e que aqui estejam para discutir de maneira objetiva e construtiva - com o Governo da República, pensando no País - os caminhos pelos quais, juntos, poderemos trabalhar na direção de uma maior democratização da nossa sociedade.

---

[Publicações](#)

[Sumário](#)

[Instalação do Grupo de Trabalho  
Interministerial para Valorização da  
População Negra](#)

# CONSTRUINDO A DEMOCRACIA RACIAL

## ATOS E PALAVRAS DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO 1995 a 1998

### **Cerimônia de Instalação do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra** **Palácio Do Planalto, 27 de fevereiro de 1996**

Estamos hoje dando um passo adiante num propósito antigo, de muita gente, e do Governo também. Creio que o Professor Hélio Santos colocou a questão na perspectiva correta. Trata-se de um movimento que precisa ter, não diria o apoio, mas a presença do Estado. Que vai muito além disso, porque é um movimento que diz respeito à cidadania e à cultura.

O problema da valorização da população negra não é um problema burocrático, nem é um problema meramente legal, embora haja aspectos legais na questão. É muito mais do que isso. É um problema cultural, é um problema de participação, é um problema de cidadania, é um problema social.

No caso brasileiro, nós temos que valorizar o fato de nós constituirmos uma sociedade multirracial. Tenho dito isso, seguidamente, nos meus pronunciamentos como Presidente da República, porque não se trata de valorizar por valorizar. É porque isso é parte constitutiva da nação. A nação brasileira se compõe dessa multiplicidade.

Quando falo do negro, estou falando do brasileiro, do cidadão, da cidadã brasileira. Como Presidente da República, tenho a obrigação de ressaltar esse aspecto. Aqui não se trata de um movimento, de uma parcialidade. É uma parcialidade que forma um todo. Esse todo é, precisamente hoje, expressivo, porque é múltiplo, porque tem um enorme variedade de participações raciais e culturais. E nós temos que desenvolver formas civilizadas de convivência que reconheçam o diverso e entendam que, realmente, o Brasil se distingue porque foi – ou virá a ser – capaz de fazer com que essa diversidade produza um resultado positivo para o conjunto do país, para o conjunto da nação.

Há um aspecto – que eu creio que nós devemos insistir sempre – , que faz falta no mundo de hoje, que é o aspecto da tolerância, do respeito à diversidade. Se o mundo de hoje é um mundo que tem um lado preocupante é o da intolerância. E essa intolerância, geralmente, se apresenta sob a forma do racismo. Vê-se, hoje, países com grande desenvolvimento econômico que também são injustos. Não têm, talvez, o lado da injustiça social nossa, mais gritante, que é essa desigualdade baseada na distribuição de renda e da propriedade. Esses países, aos quais me refiro de forma genérica, por razões óbvias, não apresentam o mesmo panorama tão desagradável no que diz respeito à questão da distribuição de renda, mas nem por isso deixam de ser injustos, porque estão voltando a ser racistas, a valorizarem a exclusividade de um grupo racial.

Eis aí, realmente, uma ameaça para a civilização contemporânea. É por esse tipo de apelo, que é irracional, que nós aqui fazemos questão, no Brasil, de dizer que nós somos o oposto disso. Nós valorizamos a existência de muitas raças entre nós. Cada uma com suas características, todas com a capacidade de desenvolver uma vida em comum e de não fazer da suas diferenças motivo para privilégio. E isso é muito importante.

É claro, também que, embora nós tenhamos no Brasil essa característica, em comparação com outros países, de valorizarmos a tolerância, nós, durante muitos anos, negamos a existência de diferenças, de racismo e de discriminação.

Muitos aqui sabem que eu escrevi trabalhos sobre essa questão. Recentemente, fui ao Rio Grande do Sul. Escrevi alguns trabalhos sobre o negro no Rio Grande do Sul. Sobre Santa Catarina também. Agora, no Rio Grande do Sul, publicaram um folheto com as pesquisas que fizemos. Naquela ocasião, era comum dizer-se que falar na existência de preconceito – não digo nem de discriminação – era ser contra o Brasil.

Nunca me esqueço que, certa vez, no Rio de Janeiro, numa reunião no Itamaraty, onde mais tarde fui Ministro, um Embaixador esteve a ponto de me tirar da sala. Eu era então bastante jovem e mais impetuoso. Eu disse coisas que digo sempre. E que continuo dizendo, de forma educada, como fiz lá também nessa reunião do Itamaraty. Disse que havia preconceito no Brasil. O Embaixador considerava que isso era uma coisa contra o Brasil, contra a nossa imagem no exterior.

Isso mudou muito, de lá para cá. Hoje nós sabemos que a nossa imagem no exterior não depende dessas coisas. Pelo contrário, depende de nós termos a coragem de reconhecer o que está errado e trabalharmos para modificar o que está errado.

Existe sim, preconceito no Brasil. A valorização do negro implica também na luta contra o preconceito. Porque ele existe. Ele aparece muito objetivamente em termos de discriminação de salário, de não utilização de pessoas, não só de negros, mas de certos grupos raciais. O negro não é o único grupo discriminado. Há outros grupos. A formação de uma sociedade democrática implica que o Governo atue muito claramente nessa direção. Se não houver essa convergência de esforços da sociedade civil e do aparelho de Estado, não vamos conseguir, realmente, transformar numa realidade cotidiana aquilo que gostamos de ressaltar como valor. Ou seja, a tolerância, o fato de que somos capazes de conviver na multiplicidade de raças e de culturas.

Acho que nós devemos dizer isso orgulhosamente. O fato de nós termos essa diversidade é, como a biodiversidade, positivo. É positivo, aumenta a nossa capacidade, pelas próprias diferenças, de produzirmos alguma coisa mais criativa, em todos os terrenos. Isso deve ser valorizado. Com o apoio do Ministro da Justiça, com o apoio dos demais Ministros que estão aqui, que fazem parte desse mesmo movimento, esse grupo há de desdobrar os seus trabalhos em aspectos que são institucionais, que dizem respeito ao âmbito do direito, do controle, da fiscalização. Que dizem respeito ao aparelho burocrático para coibir formas de discriminação e de preconceito.

Mas não creio que esse seja nem o lado mais importante. Mais importante seria valorizar, efetivamente, o que há de positivo e de fazer ressaltar o que há de positivo.

Todos sabem, também, que eu fiz questão de ir a Palmares. Achei importante que o Presidente da República mostrasse ao país que havia um herói nacional, um negro, escravo que lutou pela liberdade, lutou pela democracia. Aqui é preciso incorporar esse tipo de luta, esse tipo de exemplo, esse tipo de gesto àquilo que faz de nós todos um povo que tem referências. É uma referência positiva, não só para os negros, para o Brasil. Há sempre que encarar essa questão com essa perspectiva. Não se trata de um herói dos negros, é um herói negro dos brasileiros. O Presidente da República foi lá para dizer claramente que assim era.

Acredito que hoje temos condições de ampliar as instâncias nas quais esses temas serão debatidos. Sempre dentro da perspectiva democrática, sempre dentro da perspectiva da tolerância. Não aceitando nenhuma forma de racismo, nem mesmo o racismo para valorizar a raça que está sendo discriminada porque isso resulta também numa coisa negativa. Tem que ser uma posição afirmativa e não de negação da existência de diferenças e discriminações. Tudo isso dentro de uma perspectiva, como disse o Professor Hélio Santos, de cidadania e de democracia.

Quero felicitá-los. Tenho certeza que o Ministério da Justiça é mesmo o Ministério da Cidadania – e deve ser o Ministério da Cidadania – e que as outras instituições governamentais serão sensíveis àquilo que for proposto e elaborado neste Grupo de Trabalho.

---

[Publicações](#)

[Sumário](#)

[Seminário Internacional  
"Multiculturalismo e Racismo: o  
papel da ação afirmativa nos  
estados democráticos  
contemporâneos"](#)

# CONSTRUINDO A DEMOCRACIA RACIAL

## ATOS E PALAVRAS DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO 1995 a 1998

### **Seminário Internacional "Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos" Palácio do Planalto, 2 de julho de 1996**

É com grande alegria que vejo o Ministério da Justiça patrocinar um seminário sobre esta matéria neste momento do Brasil. Vejo aqui, entre os presentes, tantas pessoas que me são caras. Algumas delas me ajudaram a entender um pouco melhor a questão das relações raciais no Brasil.

Sempre afirmei uma obviedade - e a tenho repetido desde que assumi a Presidência da República, mas convém dizer de novo: o Brasil é uma nação multirracial - e disso se orgulha porque considera que essa diversidade cultural e étnica é fundamental para o mundo contemporâneo.

De alguma maneira, o fato de nós, brasileiros, pertencermos a uma nação cheia de contrastes de todo tipo - de diferenças que não são só desigualdades em raça, cor, cultura - é um privilégio. Isso nos permite - se nos organizarmos democraticamente - um benefício imenso. E, obviamente, esse benefício imenso só advirá se nos organizarmos democraticamente, ou seja, se aumentarmos as oportunidades de acesso à cultura, de acesso à participação na economia, de acesso dos diversos segmentos da população brasileira aos processos decisórios.

Houve época em que o Brasil se contentava em dizer que, havendo essa diversidade, ele não abrigava preconceitos. Não é verdade. Nunca me esqueci do que aconteceu - já me referi a isso em mais de uma ocasião - numa reunião, nos anos 50, no Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro, quando eu era assistente de Sociologia e trabalhava com o professor Florestan Fernandes e com o professor Roger Bastide, dois eminentes sociólogos que se dedicavam ao problema das relações entre negros e brancos no Brasil.

Talvez, com uma certa ingenuidade, me referi ao fato de que havia preconceito. Dizer isso naquela época era como se fosse uma afirmação contra o Brasil. O presidente da mesa, uma pessoa de grande respeitabilidade, irritou-se. Ao final da reunião, disse-me: "Olha, eu só não pedi para você se retirar da reunião, porque..." Em seguida, elogiou-me para compensar a manifestação de profundo desgosto pelo fato de eu ter dito que havia preconceito de cor no Brasil.

É claro que isso já faz muito tempo. Uma boa parte dos senhores não havia nascido. O fato é que, àquela altura, nos imaginávamos viver num paraíso em que essas diferenças não contariam, em termos de discriminação. De lá para cá muita coisa mudou. Mudou no sentido que o Brasil passou a descobrir que não tínhamos assim tanta propensão à tolerância como gostaríamos de ter. Pelo contrário, existem aqui alguns aspectos de intolerância, quase sempre disfarçados pela tradição paternalista do nosso velho patriarcalismo. Sempre um pouco edulcoradas, adocicadas. Geralmente não manifestamos as nossas reservas em termos ásperos.

Não devemos, não obstante, exagerar nessa crítica e auto-crítica. Se é verdade que existe um lado de hipocrisia, há outro lado que é de abertura. Convivemos com essa ambigüidade na nossa formação cultural. E é preciso tirar o proveito dessa ambigüidade. Não sei se será por temperamento, mas não gosto das coisas muito cartesianas. Acho que as coisas mais ambíguas são melhores. Quando não existe muita clareza, talvez seja mais fácil. Muitas vezes a clareza separa demais.

Quem sabe, aqui, nesse magma mais confuso da nossa formação, possamos, então, ter vantagens para a implantação de uma relação mais democrática. Não estou defendendo a confusão para servir de cobertura às discriminações. Estou utilizando o fato de termos esse componente tão forte de não aceitação do "princípio da não contradição", como alguma coisa que possa vir a ser positiva.

Já que falei do princípio da não contradição, nunca me esquecerei dos ensinamentos do professor Roger Bastide a respeito das religiões africanas no Brasil. Ele tem um livro admirável, onde fala do princípio do corte, da separação, e faz uma observação que, acho, tem sua pertinência. Ele disse: "Uma das características de certo tipo de religião (estudava o candomblé) é o fato de que as coisas podem ser e não ser, só que não são dialéticas, ou seja, não há a superação. Pode-se conviver com uma contradição, sem que isso abale muito e sem que disso resulte uma transformação". É um dado, é uma perspectiva de análise.

Não queremos que essa perspectiva prevaleça. Acho que a complexidade da nossa formação cultural deve ser usada de uma maneira criativa. Aqui temos discriminação, aqui temos preconceito, mas as aves que aqui gorjeiam, não gorjeiam como lá. Ou seja, não é o mesmo tipo de discriminação, não é o mesmo tipo de preconceito de outras formações culturais.

Por isso, nas soluções para esses problemas não devemos simplesmente imitar. Temos que usar a criatividade. A nossa ambigüidade, as características não cartesianas do Brasil, que dificultam em tantos aspectos também podem ajudar em outros. Devemos buscar soluções que não sejam pura e simplesmente a repetição, a cópia de soluções imaginadas para situações onde também há discriminação, onde também há preconceito, mas num contexto diferente do nosso. É melhor, portanto, buscarmos uma solução mais imaginativa.

Por que digo isso? Porque o ministro da Justiça, Nelson Jobim, fez referência ao fato de que esse Seminário se abre para um confronto de posições e para uma discussão. O que é muito bom. Mas gostaria que esse confronto não fosse dogmático, que ele não fosse - me perdoem - cartesiano. Não sou pascaliano, mas acho que esse confronto não deve ser sempre baseado na regra do terceiro excluído, nas regras clássicas da lógica. Aqui há uma diversidade maior. O aporte dos embaixadores pode ser muito importante nisso, porque mostra as diversidades de situações para que busquemos soluções compatíveis com o nosso modo de ser. Não que esteja aqui me empenhando numa defesa culturalista das nossas diferenças.

Sei que há fatores de homogeneização. Todos vivemos falando em globalização. Sabemos perfeitamente que existem fatores que se propagam pelo mundo, que tendem a uma certa uniformização, mas não acredito que o mundo do futuro venha a ser definido por esses fatores homogeneizadores.

Acho que devemos ter presente sempre, aí sim, uma dialética entre esses fatores de homogeneização, de globalização, de transferência cultural, porém guardando sempre a idéia de que, a despeito disso, existe sempre a possibilidade do original. Há, sempre, a possibilidade daquilo que é específico. Esse jogo não vai desaparecer simplesmente porque estamos vivendo num mundo mais globalizado.

Eu me recordo - alguns sociólogos aqui saberão disso também - que na década de 50 estava em voga mostrar os efeitos do que se chamava "o homem industrial" - o homem que seria gerado pela civilização industrial. Um dos maiores mestres da sociologia francesa, Raymond Aron, de quem fui aluno, tinha trabalhos muito interessantes sobre a sociedade industrial, de como ela homogeneizaria. E, claro, sem ter a mesma acuidade de Aron, havia outros sociólogos, sobretudo alguns americanos, que exerciam um certo fascínio, que formulavam esses conceitos em termos de aldeia global - que vai ser tudo igual, que havia uma tendência à homogeneização.

Nunca se concretizou dessa maneira. Não é assim. Claro que existe uma tendência à homogeneização, com a unificação dos mercados, com o modo de produzir cada vez mais integrado. Tudo isso leva realmente a fatores que homogeneizam, mas a cultura não se esgota nesses fatores. Nem ela é fruto somente de uma, digamos, adaptação a uma base material de produção, ou a certos fatores externos com uma força de marca que leva todo o mundo a agir da mesma maneira.

Haverá sempre, no espírito humano, uma certa dimensão de aventura, de combinação nova e, de repente, descobrir o insuspeitado. Voltando ao tema que estava tentando, de improviso, elaborar, isso tem também a ver - no caso da nossa cultura brasileira - com a seguinte característica: quando se pensa que vai acontecer o inevitável, ocorre o inesperado.

Agora que sou Presidente da República vejo tanta gente a me dar lições sobre o que vai acontecer, sobre a tragédia que virá. Não veio a tragédia. A gente dá um jeito, inventa-se uma solução que não era a esperada. Isso é que é a riqueza da cultura, isso é que é a riqueza do espírito, da aventura humana. Se não fosse assim, o mundo não teria graça. Não haveria mais arte, não haveria mais nada. Nem pitonisas porque não haveria mais o que inventar. Todo mundo já saberia de antemão o que aconteceria. E não se sabe o que vai acontecer.

Há sempre um lado que fica aberto para a aventura do espírito. Não há nada de inevitável com as nossas relações, com os modos pelos quais vamos lutar contra o preconceito, como vamos, digamos, compensar as desigualdades existentes, de que forma temos que atuar. Há inúmeros fatores a serem tomados em consideração, mas vamos acreditar, sempre, que existe a possibilidade de inovar, de criar uma coisa que não esteja ainda prevista na análise pura e simples do que já ocorreu. Isso é uma análise mecânica. Vamos apostar, portanto, na possibilidade de uma renovação, que contenha um elemento de invenção.

Creio que é esse o desafio desse Seminário. Inventem. Infelizmente, não tenho mais condição de inventar nada. Nem a roda. Vivo o tempo todo sob regras. O vice-presidente da República tem mais sorte do que eu. Ele escapa, às vezes, da regra.

Vocês têm toda liberdade. Usem essa liberdade para inventar. Por isso criamos o grupo interministerial. O professor Hélio Santos está encarregado de animar esse grupo, para dar uma injeção de criatividade nas nossas práticas - inclusive nas práticas legislativas, nas práticas burocráticas, na maneira pela qual o Governo atua. É difícil atuar nessa matéria porque diz respeito a valores profundos. Diz respeito a interesses. E diz respeito a situações que são inaceitáveis.

A discriminação se consolida como alguma coisa que se repete, que se reproduz. E aí não dá, para hipócritas

também dizerem: "Não, o nosso jeito não é esse". Não, o nosso jeito está errado mesmo. Há uma repetição de discriminações. Isso tem que ser desmascarado. Tem que ser, realmente, contra atacado, não só em termos verbais, mas também em termos de mecanismos e de processos que possam levar a uma transformação na direção de uma relação mais democrática entre as raças, entre os grupos sociais, entre as classes. Tudo isso tem que ser feito.

Creio que a função principal desse grupo interministerial é a de inventar. A coisa mais difícil na Humanidade é essa. Não é a inteligência. Apelarei de novo a Descartes. Ele dizia que o bom-senso é a coisa melhor distribuída no mundo. Bom-senso, no século XVII, significava inteligência. Hoje, dir-se-ia assim: há uma distribuição normal na curva da inteligência.

A curva da criatividade, não. É outra dimensão, que não tem a ver diretamente com a inteligência, mas com os deuses. É preciso capacidade intuitiva, de perceber, de sentir. Para um pintor ou para um cientista que descobre algo, há um momento divinatório de algo inesperado, inexistente, mas que se propõe, se cria.

Desafio vocês: criem. Vejam se é possível. Seguramente, num grupo tão vasto como esse, além da inteligência bem repartida, deve haver muita criatividade. O Governo está tentando explorar a criatividade dos senhores. Pedindo, porque a nossa está esgotada.

Com as reformas, já não achamos meios mais de convencer. Não conseguimos convencer o óbvio, quanto mais convencer o que não é tão óbvio, que é a necessidade de uma luta mais tenaz pela igualdade, uma luta mais tenaz contra o preconceito, contra a discriminação. Estamos pedindo à sociedade que nos ajude.

Senhor ministro, esta é a mensagem que, humildemente, queria deixar nesta manhã. Vou ter que me retirar e invejo vocês. Vou para a rotina, vocês vão ficar na criatividade.

---

[Publicações](#)

[Sumário](#)

[Dia Nacional de Valorização da  
Consciência Negra](#)

# CONSTRUINDO A DEMOCRACIA RACIAL

## ATOS E PALAVRAS DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO 1995 a 1998

**Dia Nacional de Valorização da Consciência Negra** Palácio do Planalto, 20 de novembro de 1996

Hoje, é um dia simbólico, dando continuidade a uma série de momentos que nós quisemos, no meu Governo, transformar em momentos expressivos para o conjunto da Nação, para o conjunto do país.

Eu me recordo de que, há um ano, fui a Palmares para, justamente, chamar a atenção do povo brasileiro para a figura de Zumbi. E hoje, com essa iniciativa que foi tomada pelo Governo, e com o apoio dos senhores, estamos inscrevendo o nome de Zumbi como um dos heróis da nação.

Isso significa o reconhecimento por todo o País da figura de um negro que lutou. Lutou, não pela liberdade dele, mas pela nossa liberdade. Quem luta pela liberdade de um, luta pela liberdade de todos.

Aqui estamos dando continuidade, portanto, a essa homenagem. Desta vez, não apenas concretizando um passo adiante, por meio do gesto, também simbólico, da entrega de terras aos remanescentes de alguns quilombos, como fazendo isso na presença de figuras ilustres.

Não me refiro, apenas, à senadora Benedita da Silva, autora de uma dessas homenagens; ao presidente dos Correios, que prestou, com esse selo, a sua homenagem, com o mesmo sentido simbólico dessas comemorações; mas à feliz coincidência de nós termos aqui, conosco, o reverendo Jesse Jackson.

Eu o convidei de improviso. Ele veio me visitar e não sabia que haveria este encontro. Foi, realmente, uma coincidência feliz, de ter, aqui entre nós, um dos maiores lutadores pela causa dos negros americanos.

Ele nos deixou, aqui, nos breves instantes em que esteve conosco, uma lição muito importante, que foi precisamente essa: a luta pela afirmação de um grupo não pode ser vista como uma luta de uma minoria. Tem que ser vista como uma luta de todos. E tem que ser encarada no sentido do reforço da nacionalidade, do conjunto do País.

Na verdade, nós estamos construindo, e com muita satisfação, uma nação multirracial. E que se orgulha de ser multirracial. Tenho dito isso aqui e fora do Brasil. Aqui, é mais fácil do que lá fora. Os brasileiros, lá fora, muitas vezes, não dizem, afirmativamente, que nós somos de várias raças e que nós temos orgulho disso. Isso é uma riqueza. Essa diversidade cultural, essa diversidade racial, é hoje um patrimônio do Brasil.

Não é só do Brasil. Nós compartilhamos esse patrimônio com outros países, como os Estados Unidos. Em poucos dias, irei à África do Sul, irei a Angola e vamos ver, também, sobretudo na África do Sul, que o espírito da liberdade renasceu com força, sob a liderança de Nelson Mandela. Hoje é possível dizer que lá também se constrói, ou se começa a construir, afirmativamente, uma sociedade que se reconhece como igual sendo multirracial.

Essa é a nossa situação de brasileiros hoje. Um país que ao voltar aos 300 anos do Zumbi, ao reparar injustiças históricas com os quilombos, ao ter uma posição mais afirmativa em favor dos negros, o faz com o sentido de quem está construindo o futuro. Não com o sentido de quem está com ressentimento disso ou daquilo, mas com o sentido positivo de que nós, juntos, podemos nos afirmar como uma nação, respeitando essas nossas diferenças, lutando contra qualquer forma de discriminação. Agradeço ao ministro da Justiça o relatório sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial.

O principal é que nós começamos a ser um País que não só tem boas leis - sempre tivemos -, mas que começa a levar as leis a sério. Na prática, começamos a criar uma situação democrática, de igualdade.

Por todas essas razões quero agradecer a presença de todos, agradecer a gentileza do reverendo Jesse Jackson, que nos acompanhou até aqui, agradecer as iniciativas tomadas e pedir uma só coisa: continuem com o mesmo espírito. Continuem com esse mesmo espírito de luta afirmativa, tomando as medidas necessárias para que as diferenças não prevaleçam entre nós, mas para que nos afirmemos como uma grande nação multirracial, multicultural e, por isso mesmo, democrática.

# CONSTRUINDO A DEMOCRACIA RACIAL

## ATOS E PALAVRAS DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO 1995 a 1998

### **Entrega de Títulos às Comunidades Negras Remanescentes de Quilombos Palácio do Planalto, 20 de novembro de 1997**

Nada mais expressivo a respeito deste ato, e do sentido simbólico que o ministro Raul Jungmann mencionou, do que as palavras do Atílio Regis Melo. Sobretudo o que ele não disse. Foi mostrada a carga emocional de uma comunidade em tantos e tantos anos. No momento em que ela sente que o conjunto da nação reconhece um direito seu, se emociona. E transmite essa emoção a todos nós.

Tanto é assim que quebrei o protocolo. Aceitei que se colocasse no peito do Presidente da República a frase: "Negro, sim".

Acredito que há momentos na História dos países e dos povos que precisamos recordar, mas, sobretudo, temos que olhar para a frente. Joaquim Nabuco dizia que a escravidão era uma nódoa na consciência de todos os brasileiros. Esta foi a frase que eletrizou, no momento apropriado, aqueles que lutaram pela libertação dos escravos.

Pois bem, a nódoa, hoje, tem outro nome, mas ela pesa sobre muitos negros. Chama-se miséria. Essa é a nódoa que pesa, nos dias de hoje, ainda, sobre a sociedade brasileira. E é para exterminar essa nódoa que todos estamos lutando, cada um à sua maneira, mas lutando.

E aqui, neste momento, quando o ministro Jungmann faz referência à situação dos quilombolas, em várias partes do país: Bahia, Goiás, Pará, vê-se que já existe uma consciência espalhada no Brasil de que temos que repor condições de vida digna e decente para o nosso povo, para o povo brasileiro.

Por poucos que sejam os os hectares de terra, por pouco que sejam esses avanços, são sinais significativos de que o Brasil reconhece os erros do passado e os está corrigindo, no presente, na medida do possível, e apontando para um futuro melhor. Esse futuro melhor requer comprometimentos nossos, de cada um de nós, para o avanço social no Brasil. Avanço social não se faz com discurso. De vez em quando, é bom um discurso, mas o avanço se faz na luta concreta para mudar as condições de vida.

Essa luta concreta implica muitos níveis de trabalho. Um deles, o ministro Jungmann mencionou. Foi preciso mudar, como estamos mudando, o arcabouço jurídico do Brasil em aspectos sensíveis como a questão da terra, para que pudéssemos, então, dar terra aos movimentos que realmente desejam terra para trabalhar.

Disse outro dia e repito agora: por sorte para nós, o latifúndio no Brasil começa a ser tigre de papel. Ele ainda tem uma certa fisionomia que não nos agrada, mas já não tem mais a capacidade de dar o salto do tigre, e nem de avançar com a ferocidade que nem os tigres têm, mas que o latifúndio teve no Brasil.

Por certo, nessa imensidão do nosso país, ainda há regiões onde o latifúndio pesa. Ainda há regiões onde a lei não chega a entrar. Ainda há regiões nas quais o Estado não tem sua presença e onde o peso antiquado do latifúndio aparece sob a forma da violência. Mas ele já não tem mais força política para impedir as reformas que estamos levando adiante. Não foi capaz de impedir o novo Imposto Territorial Rural. Não foi capaz de impedir a aprovação da legislação relativa às pendências judiciais - o chamado rito sumário - para que a Justiça possa andar mais depressa e impedir que haja tramóias mil e que não se concluam os processos de desapropriação da terra.

Não é só o latifúndio perdendo a força e o Congresso assumindo, como tem assumido, uma posição de competência, de coragem de fazer as reformas necessárias para que o Brasil possa avançar. É mais do que isso. A sociedade também, independentemente do seu setor político, está avançando. O Incra e o Ministério da Reforma Agrária estão propondo, com o BNDES, novas formas para acelerar ainda mais o processo de acesso à terra, mediante a utilização dos próprios mecanismos de mercado para que possamos comprar terra barata. Por sorte a terra está barata, porque com a valorização do Real a terra perdeu a característica que tinha antes de ser reserva de valor. Os preços caíram. E, agora, com o Imposto Territorial Rural, que onera fortemente a terra não produtiva, os preços vão cair mais ainda. Vamos utilizar os mecanismos disponíveis para oferecer terra, sem mesmo termos a necessidade de utilizar a desapropriação. A terra será barata, mais acessível.

Em pouco mais ou em pouco menos tempo, essa fome pela terra vai ser saciada. Quando assumimos o governo, muita gente não acreditava que fosse possível: primeiro, alterar a legislação; segundo, destinar recursos; terceiro,

mobilizar energias, ainda muito débeis, do próprio aparelho burocrático.

O ministro Jungmann acaba de dizer que, neste ano, vamos cumprir a meta de 80 mil famílias assentadas. Já teremos assentado, ao fim desse terceiro ano de governo, até novembro, 173.956 famílias.

Ao fim do quarto ano de governo, teremos alcançado - o que disse que faria na campanha eleitoral - 280 mil famílias.

É um processo em marcha.. Como temos também, agora, a possibilidade de agilizar ainda mais, com esses recursos, diretamente, a compra da terra, esse processo não será mais detido no Brasil. Como não existem mais os entraves jurídicos, vamos avançar. Esse é um processo que ganha velocidade. É uma questão de 10 anos, 15 anos, quanto menos melhor. Teremos resolvido um problema que os séculos anteriores legaram para este século. Infelizmente, somente agora, com o vigor necessário, temos avançado.

Para que tenham uma idéia do que significa isso, desapropriamos, até novembro, 1.322 fazendas. São 1.322 imóveis. Criamos 1.132 novos projetos de reforma agrária. Isso corresponde a 4.789.712 hectares. Quase 4.800.000 hectares. O ministro já anunciou que, só na questão do INSS, com as terras postas à nossa disposição, graças à nossa ação junto ao Banco do Brasil e aos devedores do INSS, vamos ter mais de 1 a 2 milhões de hectares. Quando chegamos a 3 milhões de hectares, o ministro Jungmann disse que isso equivalia a uma Bélgica. Provavelmente, agora, deve ser uma Holanda, um pouco maior que a Bélgica. Isso deve corresponder a mais que o Estado de Alagoas. Ou Alagoas e mais Sergipe, para que se tenha uma idéia do esforço que está sendo feito neste País.

Esse esforço não é só do governo. Se não houvesse luta, se não houvesse reivindicação de todos os setores - da oposição, de gente que apóia e de vários partidos, de sem-partidos - e se a sociedade não se mobilizasse, não teria sido possível criar a consciência nacional que levou a essa modificação. O Governo se orgulha de dizer que, ao invés de se posicionar como uma barreira a esse movimento de expansão da propriedade, da pequena propriedade, da reforma agrária, colocou-se como uma ponte para facilitar o trânsito das pressões e para negociar, legitimamente, os interesses daqueles que também têm interesse, que são proprietários da terra produtiva. Esta tem de ser respeitada e será respeitada.

Temos muita terra. Sim, me diz o ministro.É o recorde da terra. É o recorde histórico, em termos de assentamento. É o recorde histórico, em termos de tamanho da propriedade. Permitam-me os remanescentes das comunidades dos quilombos que aproveite um fato de reforma agrária junto com a questão dos quilombos.

A razão pela qual estamos hoje aqui é porque é o Dia de Zumbi. Hoje é um dia festivo, de comemoração da resistência negra. O fato de os senhores hoje terem recebido um título de propriedade faz parte dessa luta porque os senhores também foram resistentes, são resistentes.

O próprio ministro mostrou que vêm do século XVIII algumas dessas ocupações. É, portanto, uma fusão entre a mitologia e, mais do que a mitologia, uma espécie de panteão dos heróis nacionais, no qual inscrevemos Zumbi, com essa luta concreta dos dias de hoje e com a disposição democrática dessa sociedade de continuar avançando. O Governo, por intermédio do Presidente da República, solidariza-se com este dia, com essa festividade, com essas reivindicações e alegra-se de ter podido atender, ainda que em escala limitada, a reivindicações muito antigas.

Termino pedindo que os aplausos hoje sejam dados para toda a comunidade negra.

# CONSTRUINDO A DEMOCRACIA RACIAL

## ATOS E PALAVRAS DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO 1995 a 1998

### A "Democracia Racial" em questão

**Entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo** Capítulo 23 do livro **O Presidente segundo o sociólogo** Companhia das Letras, 1998

**Pergunta** - O senhor disse uma vez que o sistema de cotas, para combater a discriminação racial, não seria aceitável no Brasil. Por que não?

**Resposta** - Pode até ser. Temos de examinar em que circunstâncias.

**Pergunta** - O senhor disse que os brasileiros não gostam do sistema. Por quê? Ele não poderia ser utilizado, por exemplo, para facilitar o acesso dos negros à educação?

**Resposta** - Há uma reação muito grande à idéia, porque ela implica deixar de lado a avaliação de mérito. Portanto, seria uma discriminação. A oposição à cota é muito grande, mesmo dentro do Ministério da Educação.

**Pergunta** - Mas os movimentos negros são a favor

**Resposta** - Sim, são a favor. À medida que você amplia a educação, universaliza mesmo, a probabilidade de ascensão dos negros vai ser maior. Leva mais tempo, mas tem resultados. Não quero entrar na discussão do sistema de cotas, pela resistência que vai provocar, mas não sou contrário. Havendo duas pessoas em condições iguais a nomear para determinado cargo, sendo uma negra, eu nomearia a negra.

**Pergunta** - Isso não poderia ser estendido ao emprego em geral? Não só à escola, à universidade ou aos cargos públicos, mas ao emprego em geral?

**Resposta** - Também. Até porque há discriminação forte.

**Pergunta** - Se o senhor vai a uma loja de Nova York, grande ou pequena, simples ou chique, verá que uma grande parte, às vezes a maioria, dos empregados é negra. Se vai a um shopping center no Brasil, não vê negros nas lojas. Não vê nos restaurantes, como garçons. E o Brasil, proporcionalmente, tem mais negros que os Estados Unidos. Não é chocante?

**Resposta** - Começa a haver uma certa mudança nisso. E, por paradoxal que seja, isso ocorre via multinacionais, por causa da pressão americana. Eu conheci os Estados Unidos racistas. A mudança havida nos Estados Unidos, nos últimos trinta anos, honra a democracia americana. No Brasil não se considera suficientemente o espírito de inovação e de persistência de valores igualitários que há nos Estados Unidos. Começa a haver alguma coisa aqui. Na televisão começa a aparecer alguma coisa em favor da igualdade. Isso é importante, porque dá um sinal para o país. Sua observação é correta: você vai a certos shoppings e não há negros. Como se corrige isso? Acho que tem de ser pela persuasão, pela insistência...

**Pergunta** - A política oficial brasileira é de que não aceitamos o racismo.

**Resposta** - Se fosse diferente, seria mais fácil lutar contra.

**Pergunta** - Por isso mesmo, porque não há uma política oficial negativa contra a qual lutar, é que, talvez, uma ação afirmativa, como o sistema de cotas, seja necessária. Não lhe parece?

**Resposta** - Na questão da universidade - que é onde, basicamente se aplicaria a cota - é complicado. Agora, acho importante haver um esforço grande no emprego. No Estado brasileiro, a discriminação caiu muito.

**Pergunta** - O Estado, nesse particular, estaria melhor do que o mercado?

**Resposta** - Está melhor do que o mercado. Veja o Itamaraty - começa a ter diplomatas negros. Nas Forças Armadas há muitos negros. As Forças Armadas, nesse aspecto, são verdadeiramente democráticas.

**Pergunta** - Há generais negros?

**Resposta** – Talvez não generais. Há um coronel, no meu gabinete, negro. Não é mulato, é negro. É coronel e está no meu gabinete. Espero que possa ser general, porque acho importante, por essa necessidade de ação afirmativa. Na política há poucos negros. Mas, no Brasil, há o problema do mulato, que vira branco.

**Pergunta** – Sim, caso se examine o Congresso, vai-se ver que a maioria não é exatamente branca.

**Resposta** – Não é branca, mas nem sabe que não é. E não quer saber. Por isso, chamo sempre a atenção para a cor da minha pele. Digo: "Olhem a minha pele". Fiz isso com o papa. "Vocês acham que sou branco? "Esse conceito é muito variável no Brasil. Tem gente que se diz branca. acha que é branca, mas não é branca. Quem tem o treinamento que tenho, em matéria de raça. descobre logo quando a pessoa tem sangue negro. Como a mistura é muito grande no Brasil, o que acho muito bom, muito positivo, isso favorece a confusão. Era melhor dizer: "Sou meio misturado". Mas na política não é assim. O sujeito branqueia. Por causa da nossa hipocrisia racial, que o Florestan (Florestan Fernandes, sociólogo paulista já falecido) estudou tão bem, é mais difícil uma ação decidida de combate ao racismo. Temos no governo o Instituto Palmares (órgão que tem por objetivo preservar os valores culturais, econômicos e sociais dos negros brasileiros). Para sua presidência nomeei uma moça, Dulce Pereira, muito competente, suplente do Suplicy aliás (Eduardo Suplicy, senador paulista). Quero que esse instituto seja ativado. Há o Conselho dos Negros também, que o Montoro (André Franco Montoro, ex-governador paulista) fez pioneiramente em São Paulo. Estive em Palmares por causa do Zumbi (ou Zumbi dos Palmares, o último chefe desse quilombo criado em Alagoas e destruído em 1694).

**Pergunta** - Esta nossa entrevista está sendo realizada no Dia de Zumbi (20 de novembro).

**Resposta** - Sim, e Zumbi está hoje inscrito entre os heróis da pátria. Agora, diante de todas essas iniciativas do governo, o que acontece? Ninguém presta atenção. Se houvesse um grupo se opondo, dizendo: "Isso é um absurdo", haveria maior repercussão. Mas nem prestam atenção, tudo passa despercebido, que é a maneira brasileira de não encarar o problema, de fingir que ele não existe. Porque aqui nunca houve apartheid, fica mais difícil mostrar que houve, e há, preconceito.

**Pergunta** - Nunca houve apartheid, mas há o elevador de serviço.

**Resposta** – É, até hoje. Que não é só para os negros, é para branco também, da classe chamada inferior.

**Pergunta** - Não há em parte alguma elevador de serviço, nem na África do Sul, e aqui no Brasil não se vende um apartamento se não houver.

**Resposta** - Fazem dois elevadores. O prédio sai mais caro. E o pessoal acha que é normal. É um absurdo.

**Pergunta** – Isso não lhe parece uma herança arquitetônica da casa-grande e senzala?

**Resposta** - É. Acho isso muito chato, muito constrangedor. Na minha casa, dos meus avós e de meu pai, havia uma senhora, Alzira, filha de uma escrava de um bisavô meu, que era muito próxima da família. Ela comia na mesa o que naquele tempo era absolutamente inaceitável. Hoje já há muita gente que tem uma relação mais correta com as empregadas. Nossa relação é profundamente hierárquica e, por isso. informal - "Cada macaco no seu galho". Quando os macacos saem do galho e deixam de saber o seu lugar, as coisas complicam. É o que está acontecendo agora, o que é bom. Mas a mentalidade da classe dominante no Brasil - e não só a tradicional, porque a nova incorpora esses valores - não é democrática. É hipócrita. Até permite uma aparência de proximidade porque, na verdade, há uma enorme distância.

**Pergunta** - O senhor citou a televisão, que teria começado a melhorar nessa coisas. Não na publicidade. Nos anúncios, o Brasil parece a Escandinávia...

**Resposta** - Somos loiros, como eles...

**Pergunta** - Não lhe parece uma crueldade com uma criança negra, uma maneira de excluí-la, martelar diariamente que o monopólio da beleza, do charme e da elegância está outro lado?

**Resposta** - Acho que sim. Mas os comerciais do governo, não. Comerciais do Governo têm sempre todos os tipos: negros, japoneses, índios. Pode ver. É decisão isso, não é iniciativa dos produtores.

**Pergunta** - Nos Estados Unidos não há o monopólio do padrão de beleza europeu nos anúncios. O governo não poderia fazer algo para que aqui também ,fosse assim?

**Resposta** - Não sei se temos poder para isso. O que o governo tem feito é dar o exemplo - em toda a publicidade

do Governo, nas promoções, nos eventos simbólicos para os quais pedimos a participação da comunidade negra. Não existe na sociedade uma demanda maior. Nos Estados Unidos existia. O problema aqui é complicado porque não existe abertamente. O próprio movimento negro está dividido na questão da ação afirmativa. Então, não tenho base política para avançar mais. É um assunto para pensar. Não sei se isso pode mudar só via governo, ou se a interferência do governo criaria uma dificuldade maior no processo. É preciso haver uma mudança na sociedade. Raras vezes faço um discurso sobre o Brasil em que não fale sobre a multiplicidade das raças. Não creio que tenha havido na História outro presidente que tenha insistido tanto nisso. Uso até autores que nunca foram da minha preferência intelectual - Darcy Ribeiro, por exemplo (antropólogo, romancista e político, autor de Os Índios e a Civilização e O Povo Brasileiro, falecido no ano passado). Por causa desse lado, tenho usado o Darcy. Essas questões da democratização da vida cotidiana são fundamentais. É o universo do não institucional. E precisa de mais mobilização da sociedade civil. Nomeei, talvez, o primeiro ministro negro da nossa História. É verdade que ele é Pelé, é rei. Ninguém nem lembra, mas é negro. Só que, no Brasil, não acontece nada. Não há reação. A sociedade não é "anti" - é molenga. Nos Estados Unidos, no passado, seria impossível um ministro negro. Outra característica nossa é que, como não tivemos apartheid, também não temos o racismo negro. Ou, se temos, é um pouquinho só. Nos Estados Unidos há, como reação ao racismo branco.

**Pergunta** - *Por que esse tema fica escondido também nos confrontos políticos? Para os partidos de esquerda, não deveria ser central? Por que não é?*

**Resposta** - Porque a esquerda tinha a idéia de que nosso problema era de classe, e não de raça. Essa é uma velha discussão nossa, acadêmica. Quando se diz que o problema não é só classe, que a classe não explica tudo, isso não é considerado bom marxismo. Na verdade há classe, mas há raça também. Você tem de olhar pelos dois lados. Também havia quem considerasse impatriótico levantar a questão da raça. Nunca me esqueço de uma vez, quando era um jovem professor, em que fui ao Itamaraty, no Rio de Janeiro. Era uma reunião da Unesco (agência da Organização das Nações Unidas para educação, ciência e cultura), na sala chamada Sala dos Índios, e falei com liberdade sobre as relações raciais no Brasil. Havia lá um importante embaixador. Ele quase me tirou da sala, como se eu estivesse afrontando a soberania nacional, ao levantar diante dos estrangeiros um falso problema. Era essa a atitude. Acho que hoje ninguém pensa dessa maneira. Então, houve alguma mudança na mentalidade.

**Pergunta** – *Um partido como PT, por exemplo, talvez não insista nessa questão porque ela provoca divisões internas.*

**Resposta** - É possível. Diriam que não é o problema principal.

**Pergunta** – *Isso não faz lembrar o Partido Republicano, que combatia a monarquia no século passado, mas não incluía a abolição da escravidão em seu programa, para não causar divisões?*

**Resposta** – Sim, o combate à monarquia era assunto dos brancos. Agora, uma pessoa como Vicentinho (Vicente Paulo da Silva), presidente da CUT, é sensível a essas coisas. Toda vez que há alguma solenidade que mexa com raça ou com trabalho escravo, aqui no palácio, ele vem. Gosto muito do Vicentinho. É uma pessoa muito ágil. Ele não pode dizer que é branco, e vem por isso. Ele tem mais sensibilidade para o problema, acho. Quando eu estava no PMDB - fui presidente do PMDB -, fiz uma ligação com o movimento negro. Montoro trabalhou nesse sentido também. Conheci então um professor, Hélio Santos (coordenador do Grupo de Trabalho Interministerial para valorização da População Negra e do projeto Axé-Se liga Brasil), que hoje está aqui, no Conselho dos Negros. Na época, ajudei o Hélio a ser candidato a deputado. E fiz um esforço para o PMDB lançar um vereador negro em cada cidade, para dar base à eleição do Hélio e de outros mais. Fracassamos sempre, eleitoralmente. Lá em São Paulo tínhamos um comitê no bairro da Casa Verde, onde há muitos negros. Fracassamos sempre na tentativa de lançar candidatos negros, ali, porque diziam que "negro só vota em branco". Isso é uma mistificação, mas tem alguma base, porque não existe a consciência da importância de ter um representante. Até hoje o número de deputados negros, negros mesmo, é muito pequeno. E de mulheres também, é extremamente pequeno. Quantas temos? Não há nem trinta mulheres, em 513 deputados. Isso vai ter de mudar, e vai mudar. É a modernização da sociedade que está em jogo, e é a questão da democracia - não institucional, mas a democracia no relacionamento entre as pessoas. Vai mudar, mas falta muito. Falta muito para realmente se ter orgulho da democracia brasileira.

# CONSTRUINDO A DEMOCRACIA RACIAL

## GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA VALORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA

### 1 - APRESENTAÇÃO

José Gregori  
*(Presidente do GTI)*

Hélio Santos  
*(Coordenador do GTI)*

No momento em que se comemora o segundo aniversário do Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH -, o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para Valorização da População Negra, por meio desta publicação, presta contas de seu trabalho e apresenta os planos de ação que estão sendo ou serão desenvolvidos.

Embora tenha sido instituído pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso um pouco antes do PNDH, o Grupo de Trabalho associou-se de tal forma ao Programa Nacional que, na realidade, é praticamente impossível referir-se a um sem deixar de citar o outro. Não podia ser diferente. Afinal, o PNDH materializa o compromisso do País com a plena cidadania dos negros, mulheres, crianças, idosos e outros grupos vulneráveis à discriminação.

Na verdade, a criação do GTI é resultado de um longo período de maturação de setores do Movimento Social Negro, que acreditam ser o Estado uma das vertentes mais importantes na batalha pela construção de uma cidadania completa do povo afro-brasileiro. O Grupo - integrado por representantes de oito Ministérios e duas Secretarias, bem como por oito representantes da sociedade civil oriundos do Movimento Negro - tem como expectativa, ao longo deste Governo, inscrever definitivamente a questão do negro na agenda nacional. Isso significará conceder à questão racial do negro brasileiro a importância que lhe tem sido negada.

Considerando o amplo elenco das questões que envolvem a situação da população negra no País, o GTI resolveu dividir o trabalho em 16 áreas, a partir das quais constituiu o que denomina de Grupos Temáticos, cada qual sob a responsabilidade de um coordenador, e que são: 1) Informação - Quesito Cor; 2) Trabalho e Emprego; 3) Comunicação; 4) Educação; 5) Relações Internacionais; 6) Terra (Remanescentes de Quilombo); 7) Políticas de Ação Afirmativa; 8) Mulher Negra; 9) Racismo e Violência; 10) Saúde; 11) Religião; 12) Cultura Negra 13) Esportes; 14) Legislação; 15) Estudos e Pesquisas e 16) Assuntos Estratégicos.

Apesar de os resultados obtidos até o momento justificarem a comemoração por parte de todos quantos estiveram ou estão envolvidos no trabalho, o GTI está consciente que ainda é longo o caminho a percorrer. Para tanto, a despeito da semente fértil já plantada, o concurso de toda a sociedade, especialmente com a formulação de críticas e sugestões, é fundamental para o seu florescimento e reprodução. E, nesse sentido, a presente publicação poderá constituir-se em importante instrumento de reflexão e de despertar de idéias.

Brasília, 13 de maio de 1998.

---

[Publicações](#)

[Sumário](#)

[Coordenação do GTI](#)

# CONSTRUINDO A DEMOCRACIA RACIAL

## GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA VALORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA

### 4 - COMUNICAÇÃO

#### *Propostas e realizações*

O Brasil tem a segunda maior população negra do mundo, atrás apenas da Nigéria. Os afro-brasileiros, porém, descendem de povos de várias regiões da África e, embora formem a maioria da população, têm constituído, ao longo dos séculos, o contingente majoritário de excluídos da sociedade.

No esforço de inserção adequada dos negros, na área de comunicação, o GTI está tratando de viabilizar a criação de produtos de mídia que rompam com essa realidade discriminatória, tanto por parte dos produtores, quanto dos consumidores. Isso tem sido possível graças à concretização de inúmeros projetos, realizados em parceria pelas instâncias de governo que integram o GTI ou que são coordenadas e supervisionadas por elas.

Entre esses projetos, merece destaque a parceria TVE/Fundação Cultural Palmares/Ministério da Justiça que, a partir de novembro de 1997, resultou em mini-documentários, com relatos sobre a vida e as ações dos inúmeros personagens negros de destaque na história do Brasil, além de uma vasta programação que tem servido de referência para outras mídias.

Com o apoio do Ministério da Cultura, a FCP também realizou o "Seminário Multirracial Brasil-África do Sul/Ética e Estética", que, inicialmente, reuniu profissionais com destaque em todos os segmentos da mídia (jornal, rádio, TV, fotografia, cinema), docentes de cursos de comunicação social e o jornalista sul-africano Fred Mogamisi. Num segundo momento, o Seminário enviou uma equipe de jornalistas e cineastas brasileiros à África do Sul, para a realização de documentários. Tratou-se, ainda, do início de um projeto de dois anos voltado ao aperfeiçoamento de profissionais de comunicação, de forma a capacitá-los para a produção de materiais de divulgação, que incluam a população negra e a sua cultura.

Outras ações que estão sendo desenvolvidas:

- inclusão crescente da população negra na publicidade governamental, segundo conceitos de valorização da diversidade;
- valorização da presença de atores negros, na produção de material governamental ou apoiada pelos órgãos de governo;
- implementação de projetos voltados a uma nova e qualificada representação de africanos e afro-brasileiros;
- apoio ao aprimoramento profissional de trabalhadores negros da mídia e suporte para a ampliação de sua atuação profissional, por meio de intercâmbios e de projetos específicos;
- organização de mapa das áreas habitadas por remanescentes de quilombos, já identificados, e sua inserção na rede mundial Internet.

Cabe registrar, ainda, que está em fase de estruturação o Centro de Informações e Referência da Cultura Negra, um projeto sob a responsabilidade da Fundação Cultural Palmares, que inclui um banco de imagens e de informações sobre a arte e a cultura afro-brasileira.

#### **Comunicação Governamental**

A Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República tem como uma de suas orientações básicas evitar quaisquer atos discriminatórios nas ações de publicidade, no âmbito dos órgãos, entidades e sociedades controladas pelo Poder Executivo Federal.

Inúmeros contatos e encontros foram promovidos com entidades de classe (ABAP/FENAPRO/ABA) e com as próprias agências de propaganda, para expor a necessidade da participação de representantes dos diversos grupos étnicos nas produções institucionais e mercadológicas.

Nesse trabalho, buscou-se, sobretudo, estabelecer novos papéis para integrantes desses grupos que estavam ausentes da publicidade ou relegados a posições de meros coadjuvantes, não condizentes com sua importância e representatividade social.

Entre as várias produções já realizadas, seguindo essa orientação, cabe destacar, no âmbito do Governo Federal: a) Ministério da Educação e do Desporto (mídia eletrônica/impressa, produção gráfica): Campanhas Provão e Toda Criança na Escola; b) Ministério da Saúde (mídia eletrônica/impressa, produção gráfica): Campanhas Aids e Doação de Órgãos; c) Petrobrás (mídia eletrônica/impressa, produção gráfica): Campanhas Brasil Real e Lubrax; d) Banco do Brasil (mídia eletrônica/impressa, produção gráfica): Campanhas Viva o Seu País e Praia Limpa; e) Embratur (mídia eletrônica/impressa, produção gráfica): Campanha Acidente de Trabalho.

Pode-se afirmar que, de algum modo, esse trabalho já está influenciando atitudes na propaganda do setor privado, como: a) Parmalat (bichinhos de pelúcia); b) Brahma (cerveja nº 1); c) Nike (atletas); d) Pirelli (pneus); e) Antártica (paixão nacional); f) Pastilhas Valda (cantor); g) Batavo (achocolatado).

Outras ações tiveram a participação da SECOM/PR e merecem ser citadas:

- a aprovação, em regime de urgência, do projeto legislativo para inclusão de Zumbi na galeria dos vultos históricos brasileiros;
- a concepção da idéia e a coordenação da cerimônia para obliteração do selo comemorativo da morte de Zumbi;
- o desenvolvimento do programa e a coordenação de patrocínios para realização da Semana Comemorativa de Zumbi;
- a realização de eventos e seminários sobre a população negra;
- a viabilização do projeto de assentamento dos membros pertencentes à Associação Comunitária de Negros do Quilombo Pacoval de Alenquer/PA e à Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Água Fria/PA;
- a concepção da idéia e o exame de viabilidade técnica do Projeto de Teleconferência sobre a população negra;
- a viabilização de patrocínios para o programa afro Axé, se liga Brasil – TV Bandeirantes (Telebras/Correios) e do Projeto "Jornal Afro Cenab" (Telpe);
- a obtenção de patrocínio para a exposição "Abdias Nascimento", em Paris – França (BR);
- a veiculação de anúncios nas publicações afro "Raça" e "Black People" (Fundacentro-Petrobras-Telebras) e a inclusão em Eventos/Shows de Grupos Afro, como Ilê-Aiyê, Olodum, Araketu e Carlinhos Brown (Embratur, Caixa Econômica Federal).

# CONSTRUINDO A DEMOCRACIA RACIAL

## GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA VALORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA

### 3 - TRABALHO E EMPREGO

Objetivando cumprir com os compromissos assumidos pelo Governo Federal ao ratificar a Convenção 111 – Discriminação no Emprego e Profissão, da OIT, o Ministério do Trabalho vem desenvolvendo ações tendo como eixo principal as questões de gênero e raça:

1. promoção de eventos destinados essencialmente à sensibilização, conscientização e formação de multiplicadores no combate à discriminação;
2. participação em eventos promovidos por outras instituições, para a divulgação da Convenção 111;
3. elaboração de material didático e informativo;
4. ações específicas no âmbito das atribuições das diversas áreas técnicas do Ministério do Trabalho.

1) Promoção de eventos, que contou com um público total de cerca de 1.200 participantes:

- Maio de 1996: Seminário Governamental para multiplicadores em Questões de Gênero e Raça (Brasília, Distrito Federal).
- Junho de 1996: Workshop Discriminação: Conceitos e Legislação Nacional e Internacional (Brasília, Distrito Federal).
- Outubro de 1996: Encontro Tripartite sobre Implementação de Políticas voltados à Diversidade. Esse evento foi um marco no diálogo direto e aberto entre empresas, instituições de defesa e promoção dos direitos humanos, organizações de trabalhadores e de empregadores e representantes do Governo (São Paulo, São Paulo).
- Abril de 1997: Workshop sobre Promoção da Igualdade através da Negociação Coletiva para Formação de Mediadores, realizado com o objetivo de formar mediadores como multiplicadores dos princípios da não discriminação nas negociações coletivas (Brasília, Distrito Federal)
- Novembro de 1997: Seminário Tripartite sobre Promoção da Igualdade de Oportunidade através de Negociação Coletiva para a Região Nordeste. (Aracaju, Sergipe).
- Julho de 1997: Seminário Nacional Tripartite sobre Promoção da Igualdade de Oportunidades no Trabalho, onde se apresentou um balanço e os principais resultados alcançados nos dois anos de Promoção de Cooperação Técnica para a Implementação da Convenção nº 111 (Brasília, Distrito Federal).
- Setembro de 1997: Seminário para Multiplicadores em Promoção da Igualdade para as Centrais Sindicais, dirigida a mulheres sindicalistas da CUT, da CGT e da Força Sindical. (Campinas, São Paulo)
- Outubro de 1997: Seminário a Promoção da Igualdade de Oportunidades no Trabalho e a Implementação da Convenção 111 em Mato Grosso do Sul. Foi o primeiro seminário de uma série que estão sendo levados aos Estados (Campo Grande, Mato Grosso do Sul).
- Novembro de 1997: Workshop Promoção da Igualdade de Oportunidades no Trabalho e Profissão (Teresina, Piauí).
- Janeiro de 1998: Reunião Técnica sobre Introdução do Quesito Raça/Cor em Sistemas de Informação atendendo à demanda sobre a inclusão do quesito raça/cor nas estatísticas produzidas pelo Ministério, especificamente na RAIS e no CAGED.

2) Palestras sobre a Convenção 111 em 14 eventos promovidos por diversas instituições – sindicatos, associações, organizações não governamentais, secretarias estaduais, reuniões técnicas – com um público total de aproximadamente 1000 pessoas, no Distrito Federal e nos Estados de Goiás, Espírito Santo, São Paulo, Ceará, Santa Catarina e Paraíba.

3) Material didático e informativo:

Além do registro dos eventos realizados (relatórios com palestras apresentadas, trabalhos em grupo, conclusões e recomendações), foi elaborado o seguinte material:

- Conceitos sobre discriminação de gênero e raça, legislação nacional e internacional (cartaz, folder e livreto)
- Publicação em português das Convenções 100 e 111 da OIT
- Estudos sobre temas específicos: negociação coletiva e a promoção da igualdade; mercado de trabalho e discriminação no Brasil; políticas de diversidade em empresas multinacionais
- Impressão do Programa Nacional de Direitos Humanos e da Declaração Universal dos Direitos Humanos na publicação Discriminação: Teoria e Prática.

#### 4) Ações específicas no âmbito do Ministério do Trabalho

- Campanha Brasil, Gênero e Raça. Todos unidos pela igualdade de oportunidade, lançada em julho de 1997.
- Gênero & Raça. A estratégia de tratar a questão da discriminação abordando simultaneamente os dois grupos mais vulneráveis – gênero e raça – foi incorporada por outras instituições, parceiras do MTB.
- Projeto de cooperação técnica com a OIT para a formação de multiplicadores – e executores do Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR) nas 27 Unidades da Federação, por meio de oficinas de formação e reprogramação das ações de qualificação, visando à igualdade de oportunidades em educação profissional, com prioridade inicial nas dimensões de gênero e raça/cor. Ao final do projeto, espera-se a formação de no mínimo 700 multiplicadores.
- Introdução do quesito raça/cor como diretrizes do Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR), possibilitando a identificação do perfil da clientela atendida pelos Planos Estaduais de Qualificação
- Projeto Serviço Civil Voluntário – Coordenado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, voltado para qualificação de 19.000 jovens em projetos piloto no Rio de Janeiro, Distrito Federal e Goiás. O número de vagas é distribuído igualmente entre ambos os sexos e será assegurado o mínimo de 10% das vagas para jovens negros. Mais 10% destinam-se a jovens portadores de deficiências.
- Inserção do tema discriminação e da Convenção 111 na pauta dos sete Grupos de Trabalho sobre o Sistema Nacional de Emprego que compreendem todas as unidades da Federação.
- Núcleo de Combate à Discriminação no Emprego e Profissão – Após a realização dos seminários de sensibilização, estão sendo instalados núcleos nos Estados, com base nas Delegacias Regionais do Trabalho, constituídos por representantes da comunidade local – Ministério Público, Secretarias Estaduais e Municipais, conselhos, sindicatos, empresas, associações de classe, instituições públicas e privadas, organizações não governamentais etc. Em abril de 1998 foram implantados os primeiros núcleos: em Teresina, Piauí, e em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Em 1998, a meta é intensificar ações para a efetiva implementação da Convenção 111, resgatando o compromisso do Governo Federal de combater e eliminar a discriminação no emprego e na ocupação.

Essas ações desdobram-se no seguintes itens:

- 1) continuidade dos seminários de sensibilização e conscientização nos Estados;
- 2) realização de reuniões técnicas temáticas;
- 3) continuidade de instalação de núcleos estaduais de combate à discriminação;
- 4) material didático e informativo.

Do material didático e informativo estão sendo concluídos os seguintes títulos:

- A promoção da igualdade de oportunidades por meio da negociação coletiva;
- Guia para elaboração de programas de igualdade de oportunidades;
- Legislação sobre discriminação – Gênero e Raça.

# CONSTRUINDO A DEMOCRACIA RACIAL

## GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA VALORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA

### 2 - COORDENAÇÃO DO GTI

A coordenação do colegiado do GTI desenvolve algumas atividades que não se enquadram especificamente nos campos de ação dos Subgrupos Temáticos.

A primeira atividade é a comunicação político-administrativa com as lideranças do Movimento Negro, estudiosos, organizações governamentais e da sociedade civil. Para isso, o GTI está criando um Banco de Dados (convênio MJ/USP/NEINB), que conterà nomes e endereços, além de referências bibliográficas.

A segunda tarefa é a criação dos colegiados estaduais de valorização da população negra, nos moldes do GTI, instituído pelo Governo Federal.

Além disso, a coordenação do GTI trabalhou intensamente pela aprovação do projeto de lei da senadora Benedita da Silva, que incluiu Zumbi dos Palmares na Galeria dos Heróis Nacionais, inscrevendo o seu nome no Livro de Registro do Panteão da Liberdade, no dia 21 de março de 1997.

Coube, ainda, à coordenação do GTI conduzir os primeiros entendimentos visando à regulamentação do artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que trata da regularização das terras dos remanescentes de quilombos.

Essas ações integram-se ao grande esforço que o GTI tem feito, para dar visibilidade à questão racial e levar a discussão do tema para o debate nacional.

---

[Publicações](#)

[Sumário](#)

[Trabalho e Emprego](#)

# CONSTRUINDO A DEMOCRACIA RACIAL

## GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA VALORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA

### 1 - APRESENTAÇÃO

José Gregori  
(Presidente do GTI)

Hélio Santos  
(Coordenador do GTI)

No momento em que se comemora o segundo aniversário do Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH -, o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para Valorização da População Negra, por meio desta publicação, presta contas de seu trabalho e apresenta os planos de ação que estão sendo ou serão desenvolvidos.

Embora tenha sido instituído pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso um pouco antes do PNDH, o Grupo de Trabalho associou-se de tal forma ao Programa Nacional que, na realidade, é praticamente impossível referir-se a um sem deixar de citar o outro. Não podia ser diferente. Afinal, o PNDH materializa o compromisso do País com a plena cidadania dos negros, mulheres, crianças, idosos e outros grupos vulneráveis à discriminação.

Na verdade, a criação do GTI é resultado de um longo período de maturação de setores do Movimento Social Negro, que acreditam ser o Estado uma das vertentes mais importantes na batalha pela construção de uma cidadania completa do povo afro-brasileiro. O Grupo - integrado por representantes de oito Ministérios e duas Secretarias, bem como por oito representantes da sociedade civil oriundos do Movimento Negro - tem como expectativa, ao longo deste Governo, inscrever definitivamente a questão do negro na agenda nacional. Isso significará conceder à questão racial do negro brasileiro a importância que lhe tem sido negada.

Considerando o amplo elenco das questões que envolvem a situação da população negra no País, o GTI resolveu dividir o trabalho em 16 áreas, a partir das quais constituiu o que denomina de Grupos Temáticos, cada qual sob a responsabilidade de um coordenador, e que são: 1) Informação - Quesito Cor; 2) Trabalho e Emprego; 3) Comunicação; 4) Educação; 5) Relações Internacionais; 6) Terra (Remanescentes de Quilombo); 7) Políticas de Ação Afirmativa; 8) Mulher Negra; 9) Racismo e Violência; 10) Saúde; 11) Religião; 12) Cultura Negra 13) Esportes; 14) Legislação; 15) Estudos e Pesquisas e 16) Assuntos Estratégicos.

Apesar de os resultados obtidos até o momento justificarem a comemoração por parte de todos quantos estiveram ou estão envolvidos no trabalho, o GTI está consciente que ainda é longo o caminho a percorrer. Para tanto, a despeito da semente fértil já plantada, o concurso de toda a sociedade, especialmente com a formulação de críticas e sugestões, é fundamental para o seu florescimento e reprodução. E, nesse sentido, a presente publicação poderá constituir-se em importante instrumento de reflexão e de despertar de idéias.

Brasília, 13 de maio de 1998.

---

[Publicações](#)

[Sumário](#)

[Coordenação do GTI](#)

# CONSTRUINDO A DEMOCRACIA RACIAL

## GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA VALORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA

### 2 - COORDENAÇÃO DO GTI

A coordenação do colegiado do GTI desenvolve algumas atividades que não se enquadram especificamente nos campos de ação dos Subgrupos Temáticos.

A primeira atividade é a comunicação político-administrativa com as lideranças do Movimento Negro, estudiosos, organizações governamentais e da sociedade civil. Para isso, o GTI está criando um Banco de Dados (convênio MJ/USP/NEINB), que conterà nomes e endereços, além de referências bibliográficas.

A segunda tarefa é a criação dos colegiados estaduais de valorização da população negra, nos moldes do GTI, instituído pelo Governo Federal.

Além disso, a coordenação do GTI trabalhou intensamente pela aprovação do projeto de lei da senadora Benedita da Silva, que incluiu Zumbi dos Palmares na Galeria dos Heróis Nacionais, inscrevendo o seu nome no Livro de Registro do Panteão da Liberdade, no dia 21 de março de 1997.

Coube, ainda, à coordenação do GTI conduzir os primeiros entendimentos visando à regulamentação do artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que trata da regularização das terras dos remanescentes de quilombos.

Essas ações integram-se ao grande esforço que o GTI tem feito, para dar visibilidade à questão racial e levar a discussão do tema para o debate nacional.

---

[Publicações](#)

[Sumário](#)

[Trabalho e Emprego](#)

# CONSTRUINDO A DEMOCRACIA RACIAL

## GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA VALORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA

### 3 - TRABALHO E EMPREGO

Objetivando cumprir com os compromissos assumidos pelo Governo Federal ao ratificar a Convenção 111 – Discriminação no Emprego e Profissão, da OIT, o Ministério do Trabalho vem desenvolvendo ações tendo como eixo principal as questões de gênero e raça:

1. promoção de eventos destinados essencialmente à sensibilização, conscientização e formação de multiplicadores no combate à discriminação;
2. participação em eventos promovidos por outras instituições, para a divulgação da Convenção 111;
3. elaboração de material didático e informativo;
4. ações específicas no âmbito das atribuições das diversas áreas técnicas do Ministério do Trabalho.

1) Promoção de eventos, que contou com um público total de cerca de 1.200 participantes:

- Maio de 1996: Seminário Governamental para multiplicadores em Questões de Gênero e Raça (Brasília, Distrito Federal).
- Junho de 1996: Workshop Discriminação: Conceitos e Legislação Nacional e Internacional (Brasília, Distrito Federal).
- Outubro de 1996: Encontro Tripartite sobre Implementação de Políticas voltados à Diversidade. Esse evento foi um marco no diálogo direto e aberto entre empresas, instituições de defesa e promoção dos direitos humanos, organizações de trabalhadores e de empregadores e representantes do Governo (São Paulo, São Paulo).
- Abril de 1997: Workshop sobre Promoção da Igualdade através da Negociação Coletiva para Formação de Mediadores, realizado com o objetivo de formar mediadores como multiplicadores dos princípios da não discriminação nas negociações coletivas (Brasília, Distrito Federal)
- Novembro de 1997: Seminário Tripartite sobre Promoção da Igualdade de Oportunidade através de Negociação Coletiva para a Região Nordeste. (Aracaju, Sergipe).
- Julho de 1997: Seminário Nacional Tripartite sobre Promoção da Igualdade de Oportunidades no Trabalho, onde se apresentou um balanço e os principais resultados alcançados nos dois anos de Promoção de Cooperação Técnica para a Implementação da Convenção nº 111 (Brasília, Distrito Federal).
- Setembro de 1997: Seminário para Multiplicadores em Promoção da Igualdade para as Centrais Sindicais, dirigida a mulheres sindicalistas da CUT, da CGT e da Força Sindical. (Campinas, São Paulo)
- Outubro de 1997: Seminário a Promoção da Igualdade de Oportunidades no Trabalho e a Implementação da Convenção 111 em Mato Grosso do Sul. Foi o primeiro seminário de uma série que estão sendo levados aos Estados (Campo Grande, Mato Grosso do Sul).
- Novembro de 1997: Workshop Promoção da Igualdade de Oportunidades no Trabalho e Profissão (Teresina, Piauí).
- Janeiro de 1998: Reunião Técnica sobre Introdução do Quesito Raça/Cor em Sistemas de Informação atendendo à demanda sobre a inclusão do quesito raça/cor nas estatísticas produzidas pelo Ministério, especificamente na RAIS e no CAGED.

2) Palestras sobre a Convenção 111 em 14 eventos promovidos por diversas instituições – sindicatos, associações, organizações não governamentais, secretarias estaduais, reuniões técnicas – com um público total de aproximadamente 1000 pessoas, no Distrito Federal e nos Estados de Goiás, Espírito Santo, São Paulo, Ceará, Santa Catarina e Paraíba.

3) Material didático e informativo:

Além do registro dos eventos realizados (relatórios com palestras apresentadas, trabalhos em grupo, conclusões e recomendações), foi elaborado o seguinte material:

- Conceitos sobre discriminação de gênero e raça, legislação nacional e internacional (cartaz, folder e livreto)
- Publicação em português das Convenções 100 e 111 da OIT
- Estudos sobre temas específicos: negociação coletiva e a promoção da igualdade; mercado de trabalho e discriminação no Brasil; políticas de diversidade em empresas multinacionais
- Impressão do Programa Nacional de Direitos Humanos e da Declaração Universal dos Direitos Humanos na publicação Discriminação: Teoria e Prática.

#### 4) Ações específicas no âmbito do Ministério do Trabalho

- Campanha Brasil, Gênero e Raça. Todos unidos pela igualdade de oportunidade, lançada em julho de 1997.
- Gênero & Raça. A estratégia de tratar a questão da discriminação abordando simultaneamente os dois grupos mais vulneráveis – gênero e raça – foi incorporada por outras instituições, parceiras do MTB.
- Projeto de cooperação técnica com a OIT para a formação de multiplicadores – e executores do Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR) nas 27 Unidades da Federação, por meio de oficinas de formação e reprogramação das ações de qualificação, visando à igualdade de oportunidades em educação profissional, com prioridade inicial nas dimensões de gênero e raça/cor. Ao final do projeto, espera-se a formação de no mínimo 700 multiplicadores.
- Introdução do quesito raça/cor como diretrizes do Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR), possibilitando a identificação do perfil da clientela atendida pelos Planos Estaduais de Qualificação
- Projeto Serviço Civil Voluntário – Coordenado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, voltado para qualificação de 19.000 jovens em projetos piloto no Rio de Janeiro, Distrito Federal e Goiás. O número de vagas é distribuído igualmente entre ambos os sexos e será assegurado o mínimo de 10% das vagas para jovens negros. Mais 10% destinam-se a jovens portadores de deficiências.
- Inserção do tema discriminação e da Convenção 111 na pauta dos sete Grupos de Trabalho sobre o Sistema Nacional de Emprego que compreendem todas as unidades da Federação.
- Núcleo de Combate à Discriminação no Emprego e Profissão – Após a realização dos seminários de sensibilização, estão sendo instalados núcleos nos Estados, com base nas Delegacias Regionais do Trabalho, constituídos por representantes da comunidade local – Ministério Público, Secretarias Estaduais e Municipais, conselhos, sindicatos, empresas, associações de classe, instituições públicas e privadas, organizações não governamentais etc. Em abril de 1998 foram implantados os primeiros núcleos: em Teresina, Piauí, e em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Em 1998, a meta é intensificar ações para a efetiva implementação da Convenção 111, resgatando o compromisso do Governo Federal de combater e eliminar a discriminação no emprego e na ocupação.

Essas ações desdobram-se no seguintes itens:

- 1) continuidade dos seminários de sensibilização e conscientização nos Estados;
- 2) realização de reuniões técnicas temáticas;
- 3) continuidade de instalação de núcleos estaduais de combate à discriminação;
- 4) material didático e informativo.

Do material didático e informativo estão sendo concluídos os seguintes títulos:

- A promoção da igualdade de oportunidades por meio da negociação coletiva;
- Guia para elaboração de programas de igualdade de oportunidades;
- Legislação sobre discriminação – Gênero e Raça.

# CONSTRUINDO A DEMOCRACIA RACIAL

## GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA VALORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA

### 4 - COMUNICAÇÃO

#### *Propostas e realizações*

O Brasil tem a segunda maior população negra do mundo, atrás apenas da Nigéria. Os afro-brasileiros, porém, descendem de povos de várias regiões da África e, embora formem a maioria da população, têm constituído, ao longo dos séculos, o contingente majoritário de excluídos da sociedade.

No esforço de inserção adequada dos negros, na área de comunicação, o GTI está tratando de viabilizar a criação de produtos de mídia que rompam com essa realidade discriminatória, tanto por parte dos produtores, quanto dos consumidores. Isso tem sido possível graças à concretização de inúmeros projetos, realizados em parceria pelas instâncias de governo que integram o GTI ou que são coordenadas e supervisionadas por elas.

Entre esses projetos, merece destaque a parceria TVE/Fundação Cultural Palmares/Ministério da Justiça que, a partir de novembro de 1997, resultou em mini-documentários, com relatos sobre a vida e as ações dos inúmeros personagens negros de destaque na história do Brasil, além de uma vasta programação que tem servido de referência para outras mídias.

Com o apoio do Ministério da Cultura, a FCP também realizou o "Seminário Multirracial Brasil-África do Sul/Ética e Estética", que, inicialmente, reuniu profissionais com destaque em todos os segmentos da mídia (jornal, rádio, TV, fotografia, cinema), docentes de cursos de comunicação social e o jornalista sul-africano Fred Mogamisi. Num segundo momento, o Seminário enviou uma equipe de jornalistas e cineastas brasileiros à África do Sul, para a realização de documentários. Tratou-se, ainda, do início de um projeto de dois anos voltado ao aperfeiçoamento de profissionais de comunicação, de forma a capacitá-los para a produção de materiais de divulgação, que incluam a população negra e a sua cultura.

Outras ações que estão sendo desenvolvidas:

- inclusão crescente da população negra na publicidade governamental, segundo conceitos de valorização da diversidade;
- valorização da presença de atores negros, na produção de material governamental ou apoiada pelos órgãos de governo;
- implementação de projetos voltados a uma nova e qualificada representação de africanos e afro-brasileiros;
- apoio ao aprimoramento profissional de trabalhadores negros da mídia e suporte para a ampliação de sua atuação profissional, por meio de intercâmbios e de projetos específicos;
- organização de mapa das áreas habitadas por remanescentes de quilombos, já identificados, e sua inserção na rede mundial Internet.

Cabe registrar, ainda, que está em fase de estruturação o Centro de Informações e Referência da Cultura Negra, um projeto sob a responsabilidade da Fundação Cultural Palmares, que inclui um banco de imagens e de informações sobre a arte e a cultura afro-brasileira.

#### **Comunicação Governamental**

A Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República tem como uma de suas orientações básicas evitar quaisquer atos discriminatórios nas ações de publicidade, no âmbito dos órgãos, entidades e sociedades controladas pelo Poder Executivo Federal.

Inúmeros contatos e encontros foram promovidos com entidades de classe (ABAP/FENAPRO/ABA) e com as próprias agências de propaganda, para expor a necessidade da participação de representantes dos diversos grupos étnicos nas produções institucionais e mercadológicas.

Nesse trabalho, buscou-se, sobretudo, estabelecer novos papéis para integrantes desses grupos que estavam ausentes da publicidade ou relegados a posições de meros coadjuvantes, não condizentes com sua importância e representatividade social.

Entre as várias produções já realizadas, seguindo essa orientação, cabe destacar, no âmbito do Governo Federal: a) Ministério da Educação e do Desporto (mídia eletrônica/impressa, produção gráfica): Campanhas Provão e Toda Criança na Escola; b) Ministério da Saúde (mídia eletrônica/impressa, produção gráfica): Campanhas Aids e Doação de Órgãos; c) Petrobrás (mídia eletrônica/impressa, produção gráfica): Campanhas Brasil Real e Lubrax; d) Banco do Brasil (mídia eletrônica/impressa, produção gráfica): Campanhas Viva o Seu País e Praia Limpa; e) Embratur (mídia eletrônica/impressa, produção gráfica): Campanha Acidente de Trabalho.

Pode-se afirmar que, de algum modo, esse trabalho já está influenciando atitudes na propaganda do setor privado, como: a) Parmalat (bichinhos de pelúcia); b) Brahma (cerveja nº 1); c) Nike (atletas); d) Pirelli (pneus); e) Antártica (paixão nacional); f) Pastilhas Valda (cantor); g) Batavo (achocolatado).

Outras ações tiveram a participação da SECOM/PR e merecem ser citadas:

- a aprovação, em regime de urgência, do projeto legislativo para inclusão de Zumbi na galeria dos vultos históricos brasileiros;
- a concepção da idéia e a coordenação da cerimônia para obliteração do selo comemorativo da morte de Zumbi;
- o desenvolvimento do programa e a coordenação de patrocínios para realização da Semana Comemorativa de Zumbi;
- a realização de eventos e seminários sobre a população negra;
- a viabilização do projeto de assentamento dos membros pertencentes à Associação Comunitária de Negros do Quilombo Pacoval de Alenquer/PA e à Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Água Fria/PA;
- a concepção da idéia e o exame de viabilidade técnica do Projeto de Teleconferência sobre a população negra;
- a viabilização de patrocínios para o programa afro Axé, se liga Brasil – TV Bandeirantes (Telebras/Correios) e do Projeto "Jornal Afro Cenab" (Telpe);
- a obtenção de patrocínio para a exposição "Abdias Nascimento", em Paris – França (BR);
- a veiculação de anúncios nas publicações afro "Raça" e "Black People" (Fundacentro-Petrobras-Telebras) e a inclusão em Eventos/Shows de Grupos Afro, como Ilê-Aiyê, Olodum, Araketu e Carlinhos Brown (Embratur, Caixa Econômica Federal).

# CONSTRUINDO A DEMOCRACIA RACIAL

## GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA VALORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA

### 7 - TERRA - OS REMANESCENTES DE QUILOMBOS

Esta é a área de atuação do GTI que tem mais relevância humanística, por promover o resgate da cidadania de uma parcela da população negra que, por força de circunstâncias discriminatórias, teve que se isolar da sociedade urbana. O resgate dos quilombolas representa o reencontro com a tradição e a cultura negras, preservadas ou adaptadas ao longo do tempo.

Conceitualmente, remanescentes de quilombos seriam aqueles povoados resultantes da evasão de escravos ocorrida antes da Abolição, da qual o Quilombo dos Palmares é o exemplo mais conhecido. Modernamente, em busca de um processo mais amplo de integração, estudiosos e militantes têm expandido esse conceito, de modo a abranger os povoados que apresentem, no mínimo, características étnicas, históricas e culturais, bem como necessidades sociais que justifiquem o tratamento especial a ser dedicado a eles.

Sob esta óptica mais pluralista, devem existir no Brasil cerca de 500 (fala-se até em mil) comunidades remanescentes de quilombos, em áreas urbanas, periurbanas e rurais, com os mais variados níveis de desenvolvimento social e tecnológico. Essas povoações foram constituídas não somente por escravos fugidos das fazendas e garimpos, mas também por alforriados ou libertos, que compraram terras e ali desenvolveram suas comunidades, dando início a várias gerações.

Os fugitivos que tiveram suas vidas postas a prêmio mereceram o justo tratamento de heróis, como Zumbi dos Palmares, mas é certo que os "pretos forros" também tiveram grande importância na constituição dessas comunidades. São conhecidos como remanescentes de quilombos alguns agrupamentos familiares com 20 a 30 casas, assim como os Kalunga, cuja população é superior a 4 mil pessoas, ocupando um território com mais de 200 mil hectares, no nordeste do Estado de Goiás.

O tema tem estado presente na agenda do Movimento Negro, resultando no seu acolhimento pela Assembléia Nacional Constituinte, com dispositivo específico no texto do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, como segue: *"aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos"*.

As primeiras incursões efetuadas por integrantes do GTI em algumas dessas comunidades levam a crer que a sua maioria vive em condições bastante precárias, quase alheias ao mundo contemporâneo, com nítidas carências nas áreas de saúde, educação e produção agrícola. Suas tradições culturais, de um modo geral, não estão sistematicamente registradas, por falta de material escrito, e apenas a tradição oral tem atravessado a barreira do tempo.

Apesar do dispositivo constitucional específico, o GTI não luta, somente, pela regularização das terras, o que já seria de grande valia para a tranquilidade dessas comunidades, mas planeja, por meio do Estado, levar os benefícios da sociedade moderna, mediante projetos de desenvolvimento integrado, com a participação de estados e municípios.

Nesse processo de modernização e resgate da cidadania, devem ser garantidas as salvaguardas e os cuidados necessários, de modo a evitar-se danos físicos e psíquicos às pessoas, bem como agressões à cultura e às tradições desses povos. O processo de reinserção na sociedade deve permitir que essas comunidades tenham acesso à tecnologia, sem, contudo, violentar seus usos e costumes.

A Comunidade de Rio das Rãs, no interior da Bahia, vem merecendo, por parte da Fundação Cultural Palmares, um trabalho bastante apurado, com vistas, principalmente, à regularização da propriedade das terras.

O Plano de Ação do GTI para os Remanescentes de Quilombos prevê:

- mobilizar as lideranças do Movimento Negro, integrando-as aos colegiados estaduais de valorização da população negra, com a incumbência de atuar na localização de comunidades ainda não catalogadas, no levantamento de informações sobre aquelas já conhecidas e nos projetos de desenvolvimento integrado;
- ampliar e agilizar os processos de titulação de terras, em articulação com o INCRA e os institutos de terras dos Estados e os órgãos de defesa do meio ambiente;

- elaborar projetos de desenvolvimento integrado de comunidades, em articulação com estados e municípios e as respectivas lideranças do Movimento Negro.

---

[Publicações](#)

[Sumário](#)

[Políticas de Ação Afirmativa](#)

# CONSTRUINDO A DEMOCRACIA RACIAL

## GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA VALORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA

### 5 - EDUCAÇÃO

A discriminação étnica e o preconceito racial constituem práticas sociais extremamente destrutivas para a auto-imagem das populações que deles são vítimas. Contribuem de forma decisiva para dificultar ou mesmo impedir o sucesso na escola e o acesso a posições mais bem remuneradas do mercado de trabalho. Cria-se, assim, como ocorreu e ocorre no Brasil com a população de origem africana, um círculo vicioso de pobreza, fracasso escolar e marginalização social.

Uma situação como esta impede, na prática, o gozo dos direitos humanos, o exercício pleno da cidadania e a possibilidade de participação de todos nos benefícios do desenvolvimento econômico.

A escola se coloca, neste contexto, como instrumento fundamental de combate ao preconceito e de consolidação do respeito aos direitos humanos. A política educacional, por outro lado, face aos efeitos perversos de uma discriminação secular em relação à população negra, precisa criar instrumentos compensatórios para restabelecer um mínimo de equidade, no acesso das crianças, dos jovens e dos adultos aos diferentes níveis de ensino, dos quais foram privados pelas formas mais explícitas ou mais sutis de discriminação e preconceito.

O Ministério da Educação, empenhado no fortalecimento da democracia, por meio da oferta de educação de qualidade para todos, e no combate, por intermédio da escola, de todas as formas de preconceito e discriminação, está propondo um programa amplo e de grande alcance, elaborado e a ser implantado em colaboração com a comunidade negra, representada pelo Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra. Os objetivos são garantir a eliminação do preconceito e da discriminação nas escolas e assegurar a igualdade de condições de acesso dessa população a todos os níveis de ensino. Outras minorias, como a população indígena, serão objeto de programas próprios, dado que os problemas que afligem cada uma delas são diversos e exigem políticas específicas.

#### **a) Combate ao preconceito**

Uma parte fundamental da política educacional que precede a formulação das políticas compensatórias consiste em combater, nas escolas, o preconceito e a discriminação contra os negros, tanto por parte de alunos como de professores, implementando os ideais de igualdade democrática, de pluralismo cultural e de justiça social. A ação positiva que faz parte desta política consiste na valorização da comunidade afro-brasileira e da apreciação do papel que desempenhou e que desempenha no desenvolvimento econômico e cultural do país.

Dentro de seu âmbito de atuação e considerando a autonomia dos sistemas educacionais dos Estados e Municípios, que impede a atuação direta do MEC no âmbito das escolas, o programa voltado para essa população deve contemplar as seguintes ações:

- **Parâmetros Curriculares** - esta é, talvez, a mais importante contribuição para a valorização do negro na área da educação. Os PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais - fazem parte de um projeto que o MEC desenvolveu durante os anos de 1995 e 1996, tendo apresentado e discutido o assunto com especialistas, em reuniões setoriais e regionais, culminando com sua aprovação pelo Conselho Nacional de Educação. O MEC acolheu contribuições de especialistas indicados pelo GTI que, de agora em diante, poderão acompanhar as discussões nos diferentes Estados da Federação, a serem promovidas pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, com vistas à construção dos currículos para as oito séries do ensino fundamental, adequados às peculiaridades regionais do país, que valorizem a população e a contribuição cultural dos afro-brasileiros na construção da Nação.

- **Programa do Livro Didático** - como uma consequência natural dos PCN, o MEC vem promovendo uma reavaliação dos livros didáticos distribuídos aos alunos do ensino fundamental de todo o país, tendo sido excluídos os livros que continham preconceitos ou erros formais, discriminação de raça, cor ou gênero. Na seqüência desse trabalho, haverá reuniões dos especialistas com autores e editores de livros didáticos visando a sua adequação aos novos parâmetros e a apresentação positiva dos tipos brasileiros, seguindo o documento "Convivência Social e Ética", dos PCN, valorizando a pluralidade cultural do Brasil. Com o intuito de reforçar as recomendações dos PCN e de conscientizar as escolas sobre as questões relativas à população afro-brasileira, pode-se propor a organização de um seminário nacional sobre o tema e o estímulo à organização de eventos estaduais semelhantes.

- **TV Escola** - o trabalho deve ser reforçado pela preparação de programas especiais da TV Escola, os quais deverão promover, no próprio ambiente escolar, a valorização da etnia afro-brasileira. Esses programas, que devem ser produzidos com a colaboração de profissionais e especialistas negros, contemplarão temas tais como:

- As raízes africanas da cultura e da sociedade brasileiras;
- O negro na história brasileira;
- A presença afro-brasileira na vida social e cultural do Brasil de hoje;
- Os efeitos destruidores do preconceito e sua caracterização como fator de perpetuação de injustiças sociais;
- Os aspectos positivos de uma sociedade pluri-étnica e pluri-cultural.

## **b) Ações Compensatórias**

Dada a realidade do preconceito - e da discriminação que esse preconceito estabeleceu - e, ainda, das injustiças sociais que ocasionou, devem-se estabelecer ações educacionais compensatórias, tais como:

**I - Apoio financeiro e técnico a programas de alfabetização e a cursos supletivos** promovidos pelo movimento negro e/ou destinados à população afro-brasileira, especialmente por meio do fornecimento de material didático adequado.

Por entender que o desafio da universalização da educação básica de jovens e adultos exige a participação de toda a sociedade, a SEF/MEC coloca à disposição de organizações governamentais e não-governamentais, em disquete, os seguintes materiais:

a) Proposta Curricular de Educação de Jovens e Adultos - 1º segmento do Ensino Fundamental; b) Diagnosticando necessidades de aprendizagem e Elementos para uma Avaliação de níveis e conteúdos de alfabetização de adultos; c) seis livros para o aluno, com textos e exercícios sobre alfabetização e matemática, dois manuais do professor, sobre alfabetização e matemática, e uma fita de vídeo.

O Ministério está preparando um novo programa que visa alcançar as crianças e jovens que estão fora da escola - os excluídos da escola. Trata-se de um programa que vai promover a **Alfabetização, a Aceleração de Estudos e o Supletivo do 1º grau**. Além daquelas crianças que estão fora da escola, o programa tem em vista o atendimento dos jovens da faixa de 13/14 anos que estejam atrasados e aqueles que deixaram a escola. O Ministério vai oferecer recursos para o treinamento de docentes e para a expansão das redes dos Estados e Municípios, quando for o caso, além de todo o material didático necessário.

Os objetivos dessa proposta são: atender as crianças que estão fora da escola, regularizar o fluxo dos alunos atrasados nos estudos e alcançar crianças e jovens em situação de risco - meninos de rua, menores infratores, trabalhadores infantis, como os do sisal, do carvão e da cana de açúcar.

### **I.1 - Educação para Qualidade no Trabalho**

Este programa tem como objetivo envolver a sociedade no esforço de eliminação do analfabetismo no Brasil e, com uma ação conjunta, oferecer condições para que o trabalhador jovem ou adulto obtenha o domínio da língua portuguesa e conhecimentos básicos de matemática, equivalentes ao primeiro segmento do ensino fundamental, de 1ª a 4ª séries.

O programa é desenvolvido por meio de parcerias entre o MEC e as empresas ou instituições interessadas. A empresa ou instituição entra com as salas de aula e os profissionais (educadores e técnicos) e o Ministério distribui um conjunto de materiais didático - pedagógicos (guia de orientação para professores, modelos de testes de sondagem). Responsabiliza-se, ainda, pelo acompanhamento e avaliação do processo, por intermédio de suas Delegacias nos Estados, onde é feito o cadastramento das empresas e instituições interessadas. Por indicação do GTI para a Valorização da População Negra, um representante dos movimentos negros tem assento no Comitê de Educação de Jovens e Adultos, que avalia e aprova as propostas.

**II - Abertura de cursos de formação profissional de curta duração**, nas escolas técnicas federais, sem pré-requisitos acadêmicos, que possam integrar ao mercado de trabalho jovens pobres e, especialmente, os negros de qualquer nível educacional dessa camada sócio- econômica.

De acordo com a reforma do ensino profissional, em andamento, existe a possibilidade de formação profissional em cursos modulados, que passarão a ser oferecidos pelas Escolas Técnicas e CEFET da rede federal, direcionados tanto para aqueles que estão na seqüência normal dos estudos quanto para aqueles que retornam à escola.

Essas medidas visam fazer com que a população afro-brasileira possa se beneficiar integralmente das oportunidades educacionais que, por disposição constitucional, devem ser oferecidas a todos os brasileiros e que tem sido negadas a essa camada da população.

### III – Outras propostas em estudo

É necessário estabelecer um programa que, combatendo os efeitos da discriminação nas escolas, ofereça aos jovens e adultos negros com potencial acadêmico igualdade de oportunidades para o ingresso e a permanência no ensino superior. Essa igualdade de oportunidades não deve ser concebida como um programa de quotas, o qual, ignorando as deficiências anteriores de formação escolar, apenas facilitará o ingresso de alunos mal preparados e, por isso, sem condições de competir com os alunos não-negros no decorrer do curso, resultando no fracasso escolar e, conseqüentemente, na diminuição da auto-estima dos jovens negros. Muito mais eficazes são medidas destinadas a superar as deficiências da escolaridade anterior, dando, aos jovens negros, a possibilidade de competir em igualdade de condições com os demais alunos.

Com essa orientação, o MEC deve promover, por meio de uma ampla mobilização dos reitores, do corpo docente e do corpo discente das universidades e demais instituições de ensino superior, como parte regular das atividades de extensão, **a oferta de cursos preparatórios para o vestibular**, destinados especificamente a alunos de escolas públicas provenientes das camadas mais desfavorecidas da população que incluem, como é sabido, elevada proporção de afro-brasileiros.

Esta iniciativa será de enorme relevância para compensar as tendências elitistas do nosso sistema educacional, as quais são responsáveis pela perpetuação de desigualdades sociais e de iniquidades.

Os programas devem ser oferecidos por intermédio do trabalho voluntário dos estudantes universitários, devidamente orientados por docentes das diferentes áreas de conhecimento e por especialistas das áreas pedagógicas. Os programas devem conter matérias ou atividades que valorizem a auto-imagem e melhorem a auto-estima dos alunos, as quais foram freqüentemente prejudicadas pelo preconceito.

Paralelamente, devem ser convocadas as Faculdades de Educação para que o **programa de estágio dos alunos que estão fazendo as licenciaturas** (no todo ou em parte) se dirija a esses cursos, o que dará aos futuros professores a oportunidade de se defrontar, concretamente, com as deficiências dos cursos de nível médio, ao mesmo tempo em que lhes seja oferecida a formação necessária para enfrentar, com sucesso, essas deficiências.

Além de promover programas desse tipo nas universidades e em outras instituições de ensino superior, o MEC deve apoiar, também, programas semelhantes desenvolvidos por iniciativa dos próprios movimentos negros. Nesse sentido, para preparar uma proposta inicial, deve ser organizado um pequeno grupo de trabalho no Ministério da Educação, com participação de representantes do Grupo Interministerial de Valorização da População Negra - GTI.

Não basta, entretanto, assegurar que estudantes negros e pobres ingressem no ensino superior. É necessário garantir-lhes um mínimo de condições econômicas para que possam nele permanecer, mediante um sistema de bolsas. Por isso, o MEC estuda o apoio a um **programa de bolsas para estudantes de poucos recursos**, a ser implantado nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES. O programa pode ser criado por Lei Federal, que ampliará para o conjunto das IFES um fundo de bolsas e de assistência aos estudantes carentes, nos moldes do programa existente na UFMG.

Além dessas iniciativas, existem experiências que mostram as possibilidades de se expandir o acesso ao ensino superior, por meio de novos mecanismos de seleção. Nos próximos anos, o Exame Nacional do Ensino Médio (Provão do Ensino Médio) poderá ser um desses mecanismos alternativos ou de complementação de novos processos seletivos.

# CONSTRUINDO A DEMOCRACIA RACIAL

## GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA VALORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA

### 6 - RELAÇÕES INTERNACIONAIS

#### **a) Racismo e discriminação racial - Tratamento multilateral**

A política externa brasileira tem defendido, tradicionalmente, as medidas adotadas no plano internacional para o combate ao racismo e à discriminação racial.

O Brasil apoiou a "Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial", proclamada pela Assembleia das Nações Unidas em 1963, e assinou, em 1965, a "Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial", ratificada em 1968.

Em novembro de 1995, o Governo brasileiro encaminhou ao Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial das Nações Unidas o décimo relatório periódico relativo à implementação da Convenção de 1965, o qual resultou de colaboração entre o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Justiça e o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. O documento segue a linha de transparência do atual Governo e admite, com base em dados estatísticos, a situação menos favorável da população negra na sociedade brasileira. Ao apresentar o relatório ao Comitê, em agosto de 1996, a delegação brasileira indicou as medidas que vêm sendo implementadas pelo Governo federal com vistas à eliminação da discriminação racial no País, com ênfase na criação do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra (GTI).

O Brasil também apoiou a proclamação pela Assembleia Geral da ONU, em 20 de dezembro de 1993, da "Terceira Década para a Eliminação do Racismo e da Discriminação Racial", bem como a criação de uma relatoria especial da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas sobre as formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância. O relator especial das Nações Unidas, Maurice Glélé-Ahanhanzo (Benin), visitou o Brasil em junho de 1995, a convite do Governo brasileiro, e apresentou seu informe à Comissão em março de 1996, em Genebra. O Governo brasileiro recebeu os comentários e críticas do relator com naturalidade, como auxílio à ação que vem sendo desenvolvida pelo GTI nessa área.

Na 53ª sessão da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), realizada de 10 de março a 18 de abril último, o Brasil co-patrocinou o projeto de resolução sobre a convocação de uma conferência internacional relativa à discriminação racial, à intolerância e à xenofobia. Ainda no âmbito da CDH, vale registrar a indicação, no ano passado, do Professor Paulo Sérgio Pinheiro, Coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, como relator especial sobre a situação dos direitos humanos no Burundi, país da região dos Grandes Lagos Africanos, marcado por graves conflitos étnicos.

O Brasil respaldou a aplicação de sanções rigorosas contra o regime do apartheid na África do Sul. Dando cumprimento à resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, adotada em 1985, o Governo brasileiro proibiu quaisquer atividades que caracterizassem intercâmbio cultural ou artístico com a África do Sul. Somente com a superação do regime do apartheid, em 1992, e a suspensão das sanções, o Brasil normalizou seu relacionamento com o Governo sul-africano, tendo sido verificada, desde então, crescente expansão da relação entre os dois países.

#### **b) Relações com a África**

A política externa para a África vem recebendo grande atenção por parte do Governo brasileiro. A estabilização da economia e a resolução de conflitos em vários países africanos abrem novas perspectivas para o aprimoramento da parceria com a África.

O Presidente da República determinou a concentração de esforços no estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países africanos. Como resultado, o Brasil já dispõe de embaixadas nas capitais de vinte e um países africanos e abriu um Consulado brasileiro na Cidade do Cabo.

As relações do Brasil com os países africanos de língua oficial portuguesa - PALOPs (Cabo Verde, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau) ocupam lugar de especial relevo na política externa brasileira e tendem a intensificar-se ainda mais com a instituição, por iniciativa brasileira, da Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP).

O Brasil tem se empenhado em consolidar os processos de paz angolano e moçambicano. Desde 1989, participa

da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM) e, de 1992 a 1994, atuou na Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ). O Governo brasileiro concluiu, em 1992, acordo de reescalonamento da dívida com Moçambique e, em 1995, de renegociação da dívida com Angola e tem, em geral, dispensado tratamento privilegiado à questão da dívida dos PALOPs.

Outra iniciativa brasileira que tem proporcionado vasto campo de cooperação é a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), criada por resolução de 1986 da Assembleia Geral das Nações Unidas. Em sua IV Reunião Ministerial, realizada na Cidade do Cabo, em abril de 1996, foram abordados temas da agenda internacional de interesse comum aos países membros - evolução do processo de paz em Angola; cooperação para o combate ao tráfico ilícito de drogas; proteção ao meio ambiente; conservação dos recursos marinhos vivos; desnuclearização do Atlântico Sul e transporte de material radioativo.

No âmbito econômico-comercial, há perspectivas de uma maior aproximação entre o Mercosul e a SADC (Comunidade do Desenvolvimento da África Austral). À margem da reunião da Organização Mundial do Comércio, em Cingapura, em dezembro de 1996, representantes dos países membros da SADC e do Mercosul sublinharam o interesse mútuo em fortalecer os laços inter-regionais e aventaram a possibilidade de estabelecimento de encontros de consultas externas.

### ***c) Cooperação técnica, educacional e cultural Brasil-África***

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores, tem realizado levantamento sistemático das demandas africanas, permitindo a identificação de áreas prioritárias para a cooperação. Como resultado, encontram-se em fase de elaboração ou execução vários projetos com os governos da região e com possíveis financiadores, tais como o projeto para implantação de unidades móveis para a formação de mão-de-obra (SENAI) e para desenvolvimento da fruticultura dos países africanos de língua portuguesa (EMBRAPA).

Ainda na esfera de competência da ABC, merece destaque o projeto desenvolvido pelo Ministério da Justiça, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tendo em vista o cumprimento das metas previstas no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). O projeto visa a realizar um ciclo de seminários sobre questões raciais. O primeiro desses eventos ocorreu em julho de 1997 e versou sobre políticas de ação afirmativa ("Multiculturalismo e Racismo: o Papel da Ação Afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos").

Cumprir também assinalar o projeto de conexão dos PALOPs à Rede Nacional de Pesquisa, resultante de iniciativa conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Ciência e Tecnologia, cujo objetivo principal é a utilização da rede Internet como instrumento de integração entre o Brasil e esses países, sobretudo em atividades de apoio à educação, à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Cabe mencionar, ainda, a iniciativa conjunta da Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Itamaraty relativa à ampliação da cooperação acadêmica com os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOPs), por intermédio do treinamento de docentes desses países em universidades brasileiras, nos níveis de especialização, mestrado e doutorado. Os países africanos têm-se beneficiado, nos últimos três anos, da maioria absoluta das vagas concedidas nos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). O Ministério das Relações Exteriores mantém 216 bolsistas no PEC-G, dos quais 193 africanos (187 dos PALOPs, 1 do Benin e 5 do Senegal).

No âmbito cultural, destaca-se o projeto "Rota dos Escravos", aprovado pela Conferência Geral da UNESCO, por iniciativa dos países africanos e com o apoio do Brasil. O principal interesse da iniciativa, para o Brasil, é sua vertente científica, que prevê:

- a) a recuperação, compilação e tratamento de arquivos históricos (fontes primárias) relativos ao tráfico de escravos;
- b) o tratamento informatizado desse material, com a constituição de um banco de dados sobre o assunto, que ficará à disposição de pesquisadores, especialistas e outros interessados;
- c) a realização de estudos comparativos, de caráter científico, sobre o tráfico negreiro e a escravidão, envolvendo países dos continentes americano e africano, com o objetivo de subsidiar políticas de valorização da população negra e da herança cultural africana, nos países interessados. Concluída a primeira fase de implementação – levantamento de informações e constituição de banco de dados - serão iniciadas outras atividades, tais como estudos sobre a condição da mulher negra e a difusão da cultura de origem africana.

O programa de divulgação cultural do Itamaraty contempla a divulgação e valorização dos aspectos culturais afro-brasileiros, a partir das demandas dos postos no exterior. Em 1996, destacou-se o apoio dado à concretização da

exposição permanente sobre a herança africana no Brasil na "Smithsonian Institution", em Washington.

Na área da saúde, é importante mencionar o encaminhamento do "Relatório Final da Mesa Redonda sobre a Saúde da População Negra", realizada nos dias 16 e 17 de abril de 1996, para consulados, delegações e embaixadas brasileiras nos países potencialmente interessados. Ainda nessa área, por iniciativa da Embaixada do Brasil em Kingston (Jamaica), foram realizados contatos e negociações com vistas ao estabelecimento de projeto de cooperação técnica com a Universidade das Índias Ocidentais para prevenção, diagnóstico e tratamento da anemia falciforme. Uma vez concretizado, esse projeto poderá servir de vetor para uma iniciativa mais ampla de cooperação inter-regional na matéria.

---

[Publicações](#)

[Sumário](#)

[Terra – os remanescentes dos quilombos](#)

# CONSTRUINDO A DEMOCRACIA RACIAL

## GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA VALORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA

### 8 - POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA

A primeira tarefa apresentada ao Grupo Temático, composto por nove membros, foi a de elaborar consensualmente um conceito de Ação Afirmativa, de modo a assegurar-se uniformidade e segurança no trato das questões relativas ao assunto.

Para a formulação do conceito de Ação Afirmativa, foi analisado um conjunto de documentos, entre os quais, dois discursos do Presidente da República: um deles, pronunciado na solenidade de assinatura do Decreto de instituição do GTI; o outro, feito na abertura do seminário promovido pelo Ministério da Justiça, em Brasília, de 2 a 4 de julho de 1996, sobre "Multiculturalismo e Racismo: o Papel da Ação Afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos". O material incluía, ainda, um estudo sobre a importância do princípio da Ação Afirmativa para o progresso racial nos Estados Unidos.

Como resultado de dois seminários efetuados pelo GTI – o primeiro em Salvador (BA) e o outro em Vitória (ES) – com a finalidade de propiciar a ampliação dos debates sobre a matéria, bem como de viabilizar os mecanismos de operacionalização de propostas especificando metas, prazos e instituições responsáveis pela sua efetivação, foram elaboradas 46 propostas de Ação Afirmativa, abrangendo as áreas de educação, trabalho e comunicação, principalmente. Essas propostas estão sendo estudadas pelo Governo.

---

[Publicações](#)

[Sumário](#)

[Saúde](#)

# CONSTRUINDO A DEMOCRACIA RACIAL

## GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA VALORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA

### 9 - SAÚDE

A temática da saúde da população negra não havia merecido, ainda, o espaço adequado na pauta de prioridades da saúde pública brasileira.

A constituição do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra - GTI garantiu foro privilegiado para a discussão dos problemas e a busca de soluções para a melhoria das condições de saúde dessa importante parcela da população brasileira.

A estratégia inicial estabelecida pelos integrantes do Subgrupo Saúde do GTI consistiu na realização de Mesa Redonda sobre a Saúde da População Negra, em abril de 1996, com a participação de cientistas, militantes da sociedade civil, médicos e técnicos do Ministério da Saúde, tendo como conclusão um quadro esquemático, em que se explica de forma metodologicamente organizada, em blocos, a problemática de saúde da população negra.

O **primeiro** bloco é o grupo das doenças geneticamente determinadas. São doenças que têm berço hereditário, ancestral e étnico. Nesse grupo, destaca-se a anemia falciforme, por ser uma doença que incide predominantemente sobre afro-descendentes. Também são doenças ou agravos desse grupo a hipertensão arterial, o diabetes mellitus e uma forma de deficiência de enzima hepática, a glicose-6-fosfato desidrogenase, incidentes sobre outros grupos raciais/étnicos, porém mais graves ou de tratamento mais difícil quando acometem pretos e pardos.

O **segundo** bloco é o conjunto de ocorrências, condições, doenças e agravos adquiridos, derivados de condições socioeconômicas e educacionais desfavoráveis, além da intensa pressão social: alcoolismo, toxicomania, desnutrição, mortalidade infantil elevada, abortos sépticos, anemia ferropriva, DST/AIDS, doenças do trabalho e transtornos mentais.

O **terceiro** bloco é constituído por doenças cuja evolução agrava-se ou o tratamento é dificultado pelas condições negativas anteriormente citadas: hipertensão arterial, diabetes mellitus, coronariopatias, insuficiência renal crônica, cânceres e miomas. Isso quer dizer que, apesar de incidentes sobre toda a sociedade, essas doenças se tornam mais graves na população negra, devido às carências econômicas, sociais e culturais a que está submetida.

O **quarto** bloco é o conjunto de condições fisiológicas que sofrem interferência das condições negativas anteriormente mencionadas, contribuindo para sua evolução para doenças: crescimento, gravidez, parto e envelhecimento. Equivale dizer que esses quatro fatos biológicos naturais, quando são afetados pelas condições negativas referidas, constituem, para grande parcela da população negra, situações de risco para o aparecimento de doenças.

Esse quadro esquemático, contido no Relatório Final da Mesa Redonda sobre a Saúde da População Negra, amplamente divulgado, passou a fazer parte das bases conceituais para qualquer discussão sobre o assunto.

#### **a) Peculiaridades brasileiras**

A imigração forçada de negros para o Brasil foi constituída por contingentes originários do sul da África, de Benin e da Senegâmbia, em proporções específicas e únicas para o nosso caso, diferentemente da composição ocorrida nos Estados Unidos e no Caribe. Outra particularidade brasileira é que aqui se concentra a maior população negra fora da África: 66 milhões de pessoas ou 44% da população brasileira.

Quanto ao aspecto econômico, sabe-se que cerca de um terço da população afro-descendente brasileira vive com até um salário mínimo por mês. Além disso, de cada cem afro-brasileiros que trabalham, apenas dois atingem a faixa de mais de dez salários mínimos mensais. Isso confirma a tese de que, também no interior da população negra, se repete o dramático abismo da distribuição de renda existente no País. Ou seja, há uma minoria de negros ricos ou remediados e uma grande massa de empobrecidos convivendo em nossa sociedade.

Esses fatores, em termos de saúde pública, devem ter influência importante nos indicadores de morbidade e mortalidade, pois, além dos condicionantes genéticos, há aqueles de caráter econômico, social e cultural influenciando decisivamente na situação de saúde da população negra.

A análise do quadro esquemático permite concluir que não há justificativa técnica para a criação de vários

programas governamentais de saúde específicos para a população negra, como pretendiam algumas correntes do setor. A única exceção é o Programa de Anemia Falciforme, por ser uma doença incidente predominantemente sobre a população afro-descendente e já contar com sinalizadores estatísticos suficientes e convincentes para justificar sua prioridade como problema de saúde pública.

As demais doenças ou agravos deverão merecer atenção especial, porém de forma integrada junto aos serviços de saúde, viabilizada sob duas óticas: a equipe de saúde deve ser treinada para entender que a população negra tem condicionantes étnicos específicos e agravantes sócio-econômico-culturais; de sua parte, a população negra deve ser conscientizada quanto à sua problemática, de modo a tomar as medidas preventivas e procurar os serviços de saúde no momento adequado, cobrando os seus direitos junto às autoridades sanitárias.

Do ponto de vista técnico-científico, não há como importar, literalmente, para o território nacional, sem crítica e adaptação, resultados de estudos sobre a população negra realizados tanto na própria África, quanto em outros países, cuja população se constituiu de afro-descendentes.

### ***b) Anemia falciforme, miomas e hipertensão arterial***

A abordagem pormenorizada de cada uma das doenças ou agravos incidentes sobre a população negra dará a exata dimensão da complexidade das medidas de controle. No entanto, a título de reflexão, seguem alguns comentários gerais sobre três doenças ou agravos.

O **Programa de Anemia Falciforme-PAF** foi elaborado por especialistas com a finalidade de organizar e potencializar recursos disponíveis, efetivando um conjunto de atividades visando o diagnóstico precoce, o aconselhamento genético, a distribuição de medicamentos e o acompanhamento ambulatorial e hospitalar.

Os técnicos que têm trabalhado com essa doença estimam a existência de dois a dez milhões de portadores do traço falcêmico e 8 mil a 50 mil doentes, segundo cálculos elaborados com base em probabilidades estatísticas. O PAF trabalha com os patamares inferiores dessas estimativas. Em números reais, o cadastro nacional tem o registro de 4 mil doentes, ficando a diferença por conta da não-notificação ao órgão central dos casos diagnosticados como outras doenças ou sem diagnóstico por falta de acesso aos serviços de saúde.

Em recente estudo, estimou-se que 80% das pessoas acometidas pela doença morrem antes de completar trinta anos de idade e que 85% das mortes por Anemia Falciforme não são registrados como tal, no Brasil.

Os **miomas** servem para exemplificar a complexidade a ser considerada no estudo e na abordagem de cada doença ou agravo que tem importância epidemiológica específica na população negra. Inexistem, ainda, estudos que comprovem incidência diferenciada ou gravidade maior dos miomas nas mulheres negras do que nas demais. No entanto, as condições sociais, econômicas e culturais podem estar influenciando no diagnóstico e no tratamento, determinando a qualidade dos serviços a serem prestados às pacientes.

Genericamente, são três os prognósticos possíveis quando é diagnosticado o mioma: tratamento clínico-ambulatorial, extirpação do tumor (miomectomia) e retirada do útero (histerectomia). A falta de condições econômicas, as deficiências culturais e a dificuldade de acesso aos serviços especializados em época oportuna para o diagnóstico precoce podem estar conduzindo muitas mulheres negras para o prognóstico mais radical.

A **hipertensão arterial**, doença geneticamente determinada, tem, entre outras, importante associação com a ingestão de sal, cujo uso pela população negra tem dois aspectos de destaque: maior sensibilidade do organismo a esse tempero e maior consumo como fator de paladar. O que merece destaque é a forma severa com que a doença manifesta-se na população negra, em comparação com os demais grupos raciais/étnicos.

### ***c) Realizações na área da saúde***

O Grupo de Trabalho Interministerial, com o suporte operacional do Ministério da Saúde e a participação de interlocutores do Governo e da Sociedade, registra as seguintes realizações:

#### ***- Mesa Redonda sobre a Saúde da População Negra***

Com a finalidade de buscar uma base científica para o início de seus trabalhos, o Subgrupo Saúde do GTI promoveu, em abril de 1996, a realização da Mesa Redonda sobre a Saúde da População Negra. Seus resultados, consolidados em Relatório Final, foram impressos e amplamente distribuídos para órgãos governamentais e não-governamentais, lideranças do movimento negro, estudiosos e especialistas, num total de 5 mil exemplares.

#### ***- Controle da Anemia Falciforme***

Por conta de recomendação da Mesa Redonda sobre a Saúde da População Negra, o Ministro da Saúde instituiu, em maio de 1996, um grupo de trabalho incumbido de elaborar o Programa de Anemia Falciforme - PAF. Em agosto do mesmo ano, o Programa ficou pronto.

O PAF tem como componentes: a busca ativa, o conhecimento real da extensão da doença, a ampliação do acesso ao diagnóstico e ao tratamento, o cadastramento de doentes, ações educativas, treinamento, pesquisa, bioética e centros de referência.

Amplamente distribuído para secretarias estaduais e municipais de saúde, hemocentros, universidades e organizações não governamentais, o PAF está em fase de implantação, carecendo, ainda, de estreita articulação entre órgãos governamentais e lideranças do movimento negro, para sua efetiva execução. Outras iniciativas estão em andamento, algumas anteriores à publicação do PAF:

- há programas locais de controle da doença, em fase de implantação em alguns municípios;
- vários municípios, principalmente na Região Sudeste, executam atividades de diagnóstico e acompanhamento ambulatorial de doentes;
- algumas Universidades desenvolvem, com o apoio da disciplina de Hematologia, atividades assistenciais (de baixa cobertura), acompanhando pacientes e dando atenção ambulatorial;
- estão tramitando ou já foram sancionados projetos de lei tornando obrigatório o diagnóstico neonatal ou a criação de programas de controle, tanto em âmbito municipal quanto estadual;
- em iniciativa pioneira, foi lançado oficialmente, em fevereiro deste ano, o programa de controle da Anemia Falciforme, de abrangência estadual, em Minas Gerais, por meio de parceria entre a Secretaria Estadual de Saúde, a Universidade Federal de Minas Gerais e lideranças do Movimento Negro;
- iniciativa semelhante está sendo desenvolvida pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal;
- foi criado o Subcomitê de Hemoglobinopatias, no Ministério da Saúde, com a finalidade de agilizar as ações de controle da Anemia Falciforme e das demais doenças correlatas;

#### **- Declaração de Nascidos Vivos e de Óbitos**

Uma das medidas concretizadas, ainda no início de 1996, foi a inclusão do quesito raça/cor (amarela, branca, indígena, parda e preta) nos formulários oficiais, nacionalmente padronizados, de Declaração de Nascidos Vivos e de Declaração de Óbitos. Isso permitirá a elaboração de estatísticas e análises, a partir de 1998, além de servir de base para a utilização desses quesitos nos demais documentos civis e militares de nossa população. As informações sobre a mortalidade incidente na população agilizarão a tomada de decisões quanto à execução de ações de caráter preventivo.

#### **d) Política de Saúde para a população negra**

Por conta dos resultados da Mesa Redonda sobre a Saúde da População Negra, foi elaborada, em 1997, a Política de Saúde para a População Negra, com a finalidade de tornar públicas e expressas as intenções do Governo nesse campo. Essa Política, fundamentando-se nas premissas científicas do quadro esquemático, estabeleceu as seguintes metas:

- efetivar o Programa de Anemia Falciforme em todo o território nacional, propiciando o diagnóstico e o tratamento dos doentes, bem como o aconselhamento genético;
- garantir adequado investimento governamental e privado em pesquisas clínicas e epidemiológicas, que permitam a ampliação das informações técnico-científicas sobre a problemática de saúde dessa população;
- promover reciclagem dos profissionais da área da saúde (médicos, enfermeiros, odontólogos, nutricionistas, psicólogos, farmacêuticos, entre outros), com uma nova concepção da problemática específica da população negra;
- dar aos afro-brasileiros a oportunidade de conhecer a sua real situação de saúde, seus direitos, seus riscos individuais e coletivos, bem como sua condição de diferente, sem ser melhor nem pior do que os outros, seja no aspecto sanitário, seja nos demais aspectos do convívio social.

#### **e) Outras providências tomadas ou em andamento:**

- apoio financeiro a projeto de pesquisa clínica sobre a Anemia Falciforme, em quatro comunidades remanescentes de quilombos nos Estados da Bahia e Sergipe, em parceria com a Universidade de Brasília e a Fundação Cultural Palmares;
- implantação, por intermédio da Fundação Nacional de Saúde, de dois sistemas simplificados de abastecimento de água na Comunidade Kalunga, remanescente de quilombos, no Estado de Goiás;
- elaboração e publicação do "Estudo da Mortalidade por Anemia Falciforme", no Informe Epidemiológico do SUS;
- convênio com a Universidade de Brasília para a elaboração do "Manual Técnico de Diagnóstico e Tratamento das Doenças da População Negra Brasileira";
- contratação, por meio da Secretaria de Saúde de Goiás, de membros da Comunidade Kalunga para atuarem como Agentes Comunitários de Saúde, em benefício de seu próprio povo.

#### **f) Palestras sobre a saúde da população negra, em 1997:**

- em Ituiutaba, Minas Gerais, a convite da Fundação Zumbi dos Palmares, da Prefeitura Municipal de Ituiutaba (21 e 22 de maio);
- no Departamento de Genética, da Universidade de Brasília, para articulação com o projeto de levantamento epidemiológico da Anemia Falciforme em quatro comunidades remanescentes de quilombos de Sergipe e Bahia (10 de setembro);
- em Cabo Frio, Rio de Janeiro, a convite da Câmara Municipal, no XXII Encontro de Entidades Negras do Interior do Estado do Rio de Janeiro (19, 20 e 21 de setembro);
- em São Paulo, na Rádio USP, debate sobre a saúde da população negra (30 de setembro);
- em Recife, Pernambuco, a convite do Centro Solano Trindade (14 de outubro);
- em Vitória, Espírito Santo, a convite da Secretaria de Cidadania e Segurança Pública e Conselho Municipal de Negro, na programação da Semana da Consciência Negra (12 de novembro).

#### **g) Perspectivas**

Com base na Política de Saúde para a População Negra, a ação do Ministério da Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde e do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra, fundamentar-se-á nas seguintes prioridades de ação:

- agilização da implementação do Programa de Anemia Falciforme, em todo o território nacional;
- elaboração e distribuição do "Manual Técnico de Diagnóstico e Tratamento das Doenças da População Negra";
- edição da "Cartilha de Saúde da População Negra", em linguagem popular, para uso em atividades de educação sanitária e debates com as comunidades;
- introdução do tema Saúde da População Negra na agenda das autoridades sanitárias nacionais, em âmbito federal, estadual e municipal;
- realização de estudos e análises sobre a mortalidade, sob o prisma do quesito raça/cor;
- apoio a estudos, pesquisas e reuniões técnicas que visem debater, divulgar e trazer informações novas sobre o tema.

#### **h) Conclusão**

A prestação de serviços de saúde deve ser responsabilidade dos governos federal, estadual e municipal, por força do preceito constitucional, que prescreve a saúde como um direito de todos e dever do Estado. No entanto, reside

sobre as lideranças do movimento negro uma grande parcela de responsabilidade, tanto na participação no debate das propostas governamentais, quanto na divulgação de informações e na educação sanitária da população negra mais pobre e marginalizada.

A ampla distribuição de exemplares do Programa de Anemia Falciforme e do relatório de debates sobre saúde não terá efeito concreto se as lideranças não cobrarem sua efetiva implementação junto às instâncias governamentais e privadas correspondentes. O aparelho governamental não será eficaz para promover a consciência sanitária por parte da população negra, sem a real participação dos movimentos sociais.

Cabe assinalar que o funcionamento harmônico dos diversos subgrupos, formados no âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial, é essencial para o êxito das medidas relativas à área da saúde da população negra, que necessita do suporte intersetorial e multiprofissional para promover as mudanças necessárias.

---

[Publicações](#)

[Sumário](#)

[Religião](#)

# CONSTRUINDO A DEMOCRACIA RACIAL

## GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA VALORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA

### 10 – RELIGIÃO

Entre as atividades desenvolvidas, cabe destacar a reunião realizada em Salvador, nos dias 11 e 12 de outubro de 1996, e a edição do caderno de educação intitulado "A força das raízes", com a finalidade de divulgar as religiões afro-brasileiras. A reunião, com integrantes do Candomblé, teve por objetivo discutir propostas ligadas à religião e outras questões afins.

A difusão das religiões afro-brasileiras, nos últimos anos, está evidenciada na importância que as academias vêm dando aos seus diversos segmentos, abrindo espaços antes impossíveis para estudo e pesquisa nas áreas de antropologia e sociologia dos cursos de pós-graduação. Esta prática adotada, principalmente, na Universidade de São Paulo está sendo acompanhada por este subgrupo de religiosidade. Também na Universidade Federal da Bahia as religiões afro-brasileiras vêm sendo estudadas, embutidas em outras temáticas. As atividades em 1997/98 baseiam-se em reuniões e contatos com as casas de Candomblé no Estado da Bahia:

- participação como observadores de festas de obrigações realizadas nos terreiros do Gantois, Casa Branca, Ilê Axé Opo Afonjá, Terreiro do Cobre, Bate Folha, Terreiro Ilê Axé Jitolu, dentre outros;
- contato com Ialorixá e Babalorixá para informá-las das discussões sobre aposentadorias para suas atividades;
- reuniões com o Prefeito de Salvador sobre a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU para os terreiros;
- participação no Congresso Afro-Brasileiro realizado em Salvador – Bahia, de 17 a 20 de agosto de 1997.

---

[Publicações](#)

[Sumário](#)

[Cultura Negra](#)

# CONSTRUINDO A DEMOCRACIA RACIAL

## GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA VALORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA

### 11 - CULTURA NEGRA

Ao se analisar mais profundamente o País e a sua dinâmica cultural, a indústria deste ramo, a preservação dos bens culturais e a tutela das diferenças entre as culturas nacionais, é possível diagnosticar a necessidade de aperfeiçoamento dos instrumentos de promoção nacional da cultura e de acesso dos promotores culturais afro-brasileiros, com maior qualidade, aos meios de comunicação social, e de implementação das atuais atividades culturais dos negros, quer da área urbana, quer da área rural.

Ao contrário de outros setores de Governo, em que muito ainda tem de ser criado para o estabelecimento de oportunidades iguais para os diversos grupos étnicos, na área de cultura já existe um bom caminho percorrido pelo Ministério da Cultura, sobretudo por meio da Fundação Cultural Palmares.

#### **a) Propostas de trabalho**

As propostas do Subgrupo Cultura foram definidas em reunião realizada em Salvador, em setembro de 1997, atualizadas e acrescidas das sugestões do Ministério da Cultura, e podem ser resumidas em dezoito pontos básicos:

- 1 - inclusão, nos currículos escolares, de conteúdos sobre a cultura filosófica e a história da África e dos afro-brasileiros;
- 2 - criação de bolsas de estudos e intercâmbio para membros de organizações afro-brasileiras, destinadas à capacitação técnico-científica no Brasil e no exterior, visando ao exercício de atividades educacionais ligadas à cultura afro-brasileira;
- 3 - definição de mecanismos para acesso das organizações afro-brasileiras às concessões de emissoras de rádio AM/FM e de televisão, para fins educacionais e culturais;
- 4 - definição de política de percentuais de incentivos fiscais na criação de pólos regionais de vídeos afro-brasileiros, de produção cinematográfica afro-brasileira, com o objetivo de desenvolver formas contemporâneas de preservação e difusão da cultura negra;
- 5 - tomada de posição, por intermédio do Ministério da Justiça, com vistas à proibição de veiculação de programas de televisão e de rádio que estimulem o preconceito racial e religioso, baseada na Constituição Federal;
- 6 - inserção nas campanhas de comunicação social do Governo de representação da comunidade afro-brasileira das diferentes regiões do País;
- 7 - agilização e estabelecimento de intercâmbio cultural com os países africanos, realização de convênios e parcerias;
- 8 - produção de vídeos sobre os quilombos e as revoltas escravas no Brasil, com o resgate da participação das mulheres nesses eventos históricos;
- 9 - realização de cursos e seminários sobre cultura, educação e saúde, em parceria com organismos governamentais e entidades multiplicadoras, segundo as regiões do País;
- 10 - realização de encontro nacional com artistas plásticos e escultores afro-brasileiros sobre ações afirmativas e políticas públicas;
- 11 - desenvolvimento de atividades com vistas a dinamizar o Patrimônio Artístico Cultural das comunidades negras, bem como preservar a memória afro-brasileira, no âmbito nacional e internacional, a exemplo do Projeto Rota dos Escravos, da UNESCO;
- 12 - promoção de ações coordenadas pela Fundação Cultural Palmares, para solução definitiva da situação dos remanescentes de quilombos, de acordo com Artigo 68 do Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias;

13 - apoio à Fundação Cultural Palmares no desenvolvimento de novos meios capazes de dinamizar a participação do negro nas indústrias cultural e do turismo étnico;

14 - discussão dos conceitos de cultura popular, cultura erudita e cultura afro-brasileira, com vistas à descoberta do que venha a ser fenômeno cultural e sua real dimensão;

15 - apoio à realização pela Fundação Cultural Palmares de reunião com os empresários culturais e produtores culturais afro-brasileiros, e desenvolvimento de parcerias para potencializar a produção negra;

16 - estímulo ao desenvolvimento de ação de valorização e potencialização da enorme demanda de cultura afro-brasileira;

17 - criação de espaço físico-cultural de aglutinação e difusão da cultura negra;

18 - mapeamento, sistematização e difusão da produção cultural afro-brasileira.

Para 1998, o Subgrupo tem programadas as seguintes atividades:

- seminários regionais para discussão da aposentadoria dos sacerdotes e sacerdotisas de religiões afro-brasileiras, da isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU para os terreiros, entre outros temas;

- estudo e encaminhamento dos aspectos relacionados às concessões públicas de emissoras de radiodifusão para evangélicos e revisão do currículo de ensino religioso;

- realização de seminário nacional para aprofundamento das temáticas regionais e encaminhamentos oficiais;

- produção, edição e distribuição de um vídeo sobre as principais manifestações religiosas afro-brasileiras; e

- produção de cartilhas didáticas sobre as manifestações religiosas afro-brasileiras.

---

[Publicações](#)

[Sumário](#)

[Legislação](#)

# CONSTRUINDO A DEMOCRACIA RACIAL

## GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA VALORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA

### 12 – LEGISLAÇÃO

A história legislativa do Brasil é compatível com a sua condição de último país do mundo a acabar com a escravidão e primeiro a se autodeclarar uma democracia racial.

Na sociedade moderna, em que a cidadania se faz, entre outros, pela existência de instrumentos legais que possam garantir a aplicação das leis com equidade, é na impossibilidade de igualdade de acesso e usufruto da Justiça que os negros têm um dos maiores entraves dentro de seu processo de exclusão.

A Constituição Federal, ao considerar o racismo como crime, reconheceu a existência de condutas discriminatórias no Brasil. A legislação infra-constitucional sobre o tema, pré e pós-existente, em variados diplomas legais, possibilita, ainda que de maneira insuficiente, a punição penal, as sanções administrativas e a reparação dos danos provocados pela infração.

A conduta do GTI nessa questão se sustenta em dois pilares básicos: difusão da legislação existente e aperfeiçoamento do repertório jurídico, como garantias de sua eficaz aplicação, nos casos em que for cabível. Para tanto, serão adotadas as seguintes linhas de ação:

- coleção e consolidação da legislação esparsa existente;
- elaboração, publicação e distribuição do "Guia dos Direitos do Negro Brasileiro", para magistrados, membros do Ministério Público, Procuradorias, Defensorias Públicas, Delegados de Polícia, advogados, lideranças do Movimento Negro e Faculdades de Direito;
- aperfeiçoamento da legislação existente, a partir de casos concretos apresentados nas esferas do Judiciário e do Executivo, de modo a torná-la moderna, eficaz e adequada ao nosso tempo.

---

[Publicações](#)

[Sumário](#)

[Estudos e Pesquisas](#)

# CONSTRUINDO A DEMOCRACIA RACIAL

## GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA VALORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA

### 13 - ESTUDOS E PESQUISAS

A necessidade urgente de elaboração de um modelo teórico de políticas públicas compensatórias para a população negra exige dos pesquisadores e estudiosos do tema, no Brasil, um posicionamento preciso no campo da investigação científica. Torna-se necessário, portanto, maior estímulo ao pesquisador negro.

A atividade do GTI nesse campo é a de definição de uma grande linha de estudo e pesquisas, exclusivamente voltada para a população negra brasileira, com vistas à criação do Programa de Apoio à Pesquisa sobre a Temática Racial Brasileira. A exemplo de outras áreas do Estado brasileiro, pretende-se a montagem de um edital, com regras explícitas para a candidatura de interessados (pessoas físicas e jurídicas) na execução de projetos, conforme termos de referência a serem elaborados pelos Subgrupos Temáticos ou mediante consulta a especialistas.

Os recursos para financiamento desses projetos serão viabilizados por meio de negociação com as agências tradicionais de fomento (CNPq, CAPES, FINEP, Fundação Banco do Brasil, Fundação de Amparo à Pesquisa), os organismos internacionais e a iniciativa privada brasileira.

Em 29 de julho de 1997, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República promoveu, por intermédio do seu Centro de Estudos Estratégicos, mesa redonda sobre ações afirmativas no Brasil. O evento foi presidido pelo Secretário de Assuntos Estratégicos, e contou com a participação de membros do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra, bem como de representantes da Sociedade Civil, do Ministério das Relações Exteriores e das Forças Armadas.

#### **Perspectivas**

- Elaboração de estudo sobre a composição étnica da população brasileira nos cenários prospectivos Brasil 2020. O trabalho deverá ser executado por consultores especializados indicados pelo Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra.

- Realização de seminário internacional, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, centrado nas perspectivas de incremento da cooperação entre o Brasil e os países da África, sobretudo os países de língua oficial portuguesa (PALOPS).

- Estudo da possibilidade de assinatura de um termo de cooperação, composto por convênios específicos, para definir a participação do Ministério do Exército em ações que valorizem a cultura e a população negras no Brasil. Os principais pontos de cooperação a serem confirmados e detalhados são os seguintes:

a) *Projeto de reflorestamento da Serra da Barriga*: O Ministério do Exército poderá disponibilizar pessoal para participar, sob a supervisão técnica de especialistas, do projeto de reflorestamento da Serra da Barriga – Alagoas, por um período determinado. A Universidade Federal de Alagoas participará com a elaboração, implantação e acompanhamento do projeto, apoiada pelo IBAMA e demais órgãos federais, estaduais e municipais já envolvidos nesta parceria. A Fundação Cultural Palmares proverá os recursos financeiros necessários à implementação do projeto e servirá como ligação do GTI com todos os órgãos participantes.

b) *Pesquisa cultural sobre a Serra da Barriga*: O ministério do Exército, por intermédio da Diretoria de Assuntos Culturais, poderá participar de um projeto de pesquisa histórica e antropológica sobre a Serra da Barriga e a figura de Zumbi de Palmares.

c) *Demarcação de terras de remanescentes de quilombos*: o Ministério do Exército poderá colaborar na demarcação de terras de remanescentes de quilombos, desde que não existam impedimentos legais nas áreas onde vier a atuar. Poderá, também, colaborar na preparação de pessoal na área de levantamento topográfico e realizar ações cívico-sociais (ACISO) em quilombos pré-determinados. Caberá ao GTI indicar as prioridades dos trabalhos e à Fundação Cultural Palmares viabilizar os recursos financeiros necessários para as ações desejadas. O projeto piloto será desenvolvido junto à Comunidade Kalunga.

d) *Construções de obras viárias*: o Ministério do Exército se dispõe a estudar em conjunto com o GTI o emprego de suas Unidades de Engenharia para, mediante convênio, atender às comunidades remanescentes de quilombos. A Fundação Cultural Palmares vê nesta cooperação a possibilidade da construção do Memorial Zumbi dos Palmares, na Serra da Barriga.

---

[Publicações](#)

[Sumário](#)

[Esporte](#)

# CONSTRUINDO A DEMOCRACIA RACIAL

## GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA VALORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA

### 14 - ESPORTE

O Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto – INDESP apresentou as seguintes propostas com a finalidade de desenvolver políticas para a valorização da população negra nos esportes:

- fomentar pesquisas científicas sobre o desempenho esportivo do atleta negro;
- incentivar publicações de livros sobre os esportes de cultura negra;
- promover concurso e premiar estudos sobre a capoeira e seus ramos na cultura do Brasil; e
- promover concurso e premiar o melhor trabalho científico sobre a influência da cultura negra no esporte em geral.

---

[Publicações](#)

[Sumário](#)

[Mulher](#)

# CONSTRUINDO A DEMOCRACIA RACIAL

## GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA VALORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA

### 15 – MULHER

#### Realizações

Participação nas reuniões e/ou encontros:

- reflexão e planejamento sobre as tarefas vindas de Beijing;
- preparação para os encontros latino-americano e caribenho de mulheres negras e encaminhamento de suas conclusões;
- Mundial sobre saúde da mulher;
- fóruns estaduais e/ou municipais de mulheres.

#### Propostas

- Encontro de conselheiras negras de conselhos estaduais e/ou municipais dos direitos da mulher - parceria com CNDM;
- Pesquisa sobre família negra - parceria com F.C.P;
- Seminário sobre mulher negra e saúde.

---

[Página Principal](#)

[SECOM](#)

[Publicações](#)

[Sumário](#)